

Estudo sobre a participação pública e dos cidadãos na cidade da **Praia**

Cabo Verde

Adaptando planos locais de desenvolvimento urbano integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de abordagens de múltiplas partes interessadas e governança múltipla



Funded under Budget line
BGUE-B2018-21.020802-C1-DEVCO



MADRID



TRAZA
TERRITORIO S.L.L.



Estudo contratado pela Câmara municipal de Madrid, correspondente ao dossiê 180/2022/01575, no âmbito do projeto europeu “Adaptação dos planos locais de desenvolvimento urbano integrado aos ODS na cidade da Praia” financiado pela União Europeia dentro do programa de Alianças para cidades sustentáveis na África Subsariana.

Câmara municipal de Madrid

Javier Castaño, membro assessor da D.G Cooperação e Cidadania Global

Câmara municipal da Praia

Francisco Carvalho, Presidente da Câmara municipal da Praia

Víctor Constantino, Diretor de projetos da Câmara municipal da Praia

Equipa local Praia + Inclusiva

María del Mar Núñez Lara, coordenadora do projeto

Mavllinda Monteiro, líder institucional e social

Manuel Fernandes, engenheiro responsável da componente infraestrutural

Jossara Silva, técnica de administração e logística

Traza Territorio, S.L.L. (trazaterritorio.com), equipa consultora redatora do estudo

Paula Jiménez Argumosa, socióloga e economista especializada em género e políticas públicas

Gonzalo Navarrete Mancebo, urbanista especializado em políticas sociais e ambientais

Com a colaboração da Águas de Santiago e a participação de numerosos agentes sociais e institucionais da cidade da Praia, destacando-se: Presidência, Gabinetes e Delegações da Câmara municipal da Praia, Mulheres pelo progresso, EFAT, Cabaz de Terra, PNUD e as associações de Tabanka.

Dezembro de 2022



Índice

1	Porquê e para quê um estudo sobre a participação na cidade da Praia	6
2	Metodologia do estudo	9
3	Enquadramento social e urbano da Praia	12
3.1	População e condições de vida	12
3.2	Contexto económico	13
3.3	Vulnerabilidade social e urbana	14
3.4	Vulnerabilidade climática	16
4	Antecedentes de participação na Praia	20
4.1	Estratégia de descentralização da Câmara municipal da Praia	20
4.2	Orçamentos participativos	21
4.3	Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável	21
4.4	Atendimento ao cidadão	22
4.5	Conselho consultivo	23
5	Agentes sociais. As vozes e as mãos da cidade	25
6	O quadro para a participação local na Praia	28
6.1	A participação pública e dos cidadãos faz melhores cidades	28
6.2	Os níveis de participação: da consulta até à participação pública e dos cidadãos	30
6.3	A metodologia como chave da participação	33
6.4	A participação em termos de poder, divergência e mudança social	33
6.5	Das ferramentas digitais aos processos entre muitas cabeças e mãos	35
7	Desafios e objetivos da participação	37
8	Propostas para promover a participação pública e dos cidadãos na Praia	39
8.1	MODELO PARA UM PROCESSO PARTICIPATIVO PÚBLICO E DOS CIDADÃOS	40
8.2	CONSELHO CONSULTIVO	42



8.3 ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS	45
8.4 COFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS	49
8.5 DELEGAÇÕES DE DESCENTRALIZAÇÃO MUNICIPAL	52
9 Anexo dos encontros e entrevistas	56
Entrevista com a Presidência da Câmara municipal da Praia	56
Encontro técnico municipal sobre temas sociais e culturais	58
Encontro técnico municipal sobre temas económicos, ambientais e urbanos	60
Encontro técnico municipal sobre comunicação e tecnologias	62
Entrevista com o Delegado da Praia Sul	63
Entrevista com o Delegado da Praia Oriental	64
Entrevista com o Delegado da Praia Centro	65
Entrevista com a Delegada de São Filipe	66
Entrevista com a Delegada de São Francisco e a Diretora de Ação Social	67
Entrevista com o Delegado de São Martinho	69
Entrevista com a responsável do gabinete de Atendimento ao Município	70
Entrevista com a Diretora do Gabinete da Presidência e Estatísticas	71
Entrevista com o Delegado de Ação Social (António Brito)	72
Entrevista com a Delegada da Descentralização	73
Entrevista com a representante do projeto Accelerated Lab	74
Entrevista com um representante do PNUD	75
Encontro com a associação EFAT	77
Encontro com a associação Mulheres para o progresso	78
Encontro com a associação Cabaz de Terra	79
Visita de campo com a Águas de Santiago e equipa de investigadores	81
Encontro com o Delegado da União Europeia	82





1 Porquê e para quê um estudo sobre a participação na cidade da Praia

Quase um terço da população da cidade da Praia vive numa situação de pobreza, que é mais premente em agregados familiares monomarentais, e em bairros periféricos e informais. Isto é fruto da pressão urbana decorrente dos fluxos demográficos relacionados com crises económicas e conflitos socioambientais, incluindo os longos períodos de seca, que criaram um êxodo rural. Esta situação definiu um novo cenário de importantes desafios, entre os quais **a falta de acesso aos serviços básicos e a consequente necessidade de infraestruturas urbanas, a desigualdade, a marginalização e a segregação.**

Para abordar estes desafios, a Agenda 2030 das Nações Unidas propõe um horizonte estratégico para um desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos territoriais, propondo o valor das alianças translocais para abordar as problemáticas das comunidades mais vulneráveis. Em linha com o Objetivo 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 17 (Alianças para atingir os objetivos), a urgência dos desafios urbanos levou a União Europeia a mobilizar recursos para reforçar a governança urbana, a troca de aprendizagens e a cooperação entre cidades em aspetos sociais, ambientais e económicos.

É neste contexto que se enquadra o projeto europeu **Praia + Inclusiva**, descrito como **Adaptando Planos locais de Desenvolvimento urbano aos ODS por meio de abordagens de múltiplas partes interessadas e governança múltipla.** Este projeto, contratado pela Comissão Europeia como parte do programa de financiamento Alianças para Cidades Sustentáveis, envolve as autoridades locais da cidade da Praia (Cabo Verde) e Madrid (Espanha).

Praia + Inclusiva tem uma vertente infraestrutural, que consiste na ampliação da rede pública de água e rede de esgotos e a dotação de casas de banho em habitações de sete bairros vulneráveis da Praia. A outra componente do projeto é institucional e social, procurando promover um **Plano de Desenvolvimento Local** na Praia, através da participação pública e dos cidadãos, assim como a sensibilização sobre os esgotos e o direito à água.

No âmbito desta segunda componente institucional e social, o projeto incluiu atividades para o reforço da governança à volta das políticas e estratégias urbanas, a inclusão social e as metodologias e ferramentas de participação. Para as desenvolver, a Câmara municipal de Madrid, como líder do projeto, decidiu contratar através da Área de Internacionalização e Cooperação, os “serviços para a **identificação e avaliação de metodologias de participação pública e dos cidadãos na cidade da Praia.**”



O presente trabalho, sendo o resultado do referido contrato, elabora um diagnóstico e avaliação de metodologias para desenvolver processos participativos na cidade da Praia, analisa e propõe processos e fórmulas para fomentar a negociação coletiva, através de metodologias participativas complexas e transversais nas decisões relacionadas com o desenvolvimento da cidade. Neste sentido, ultrapassam-se os limites do diagnóstico para assentar as bases para um estudo sobre a participação pública e dos cidadãos na Praia.

A sensibilização e comunicação serão ingredientes complementares à participação, procurando canalizar as necessidades destes grupos vulneráveis em ações concretas do Plano de Desenvolvimento Local. Visa-se fortalecer o papel da autoridade local, o tecido associativo e a cidadania da Praia para abordar os desafios da cidade. Será aplicado a medidas de acesso à água e rede de esgotos, abordando as brechas de género, promovidas no projeto, como também na elaboração conjunta do modelo de cidade, abrindo espaços de diálogo social sobre a turistificação, o investimento estrangeiro, os riscos climáticos e a informalidade de atividades económicas, entre outras questões. Além disso, procura-se estimular as interações entre as pessoas e as organizações que participam na criação, na elaboração e aplicação de ações políticas integradas e inovadoras para as zonas urbanas e periurbanas.

Uma das ações mais inovadoras no projeto Praia + Inclusiva será a criação de um **ecossistema de financiamento duradouro** com múltiplas partes interessadas através de um grupo de trabalho. Este grupo irá elaborar um mecanismo financeiro utilizando o presente projeto como fundo inicial, tendo ao mesmo tempo acesso às atividades combinadas da União Europeia para facilitar a aplicação do Plano de Desenvolvimento Local na Praia.





2 Metodologia do estudo

Como ponto de partida da colaboração entre a Câmara Municipal de Madrid e a Câmara municipal da Praia para a elaboração de um Estudo sobre a participação pública e dos cidadãos na cidade da Praia, foi realizado um **primeiro encontro de abordagem inicial**, no qual foi apresentado o projeto Praia + Inclusiva, e a ferramenta de participação dos cidadãos “Decide Madrid”.

Posteriormente, tiveram lugar **reuniões e encontros iniciais** entre a equipa Praia + Inclusiva, a Câmara municipal de Madrid e a equipa consultora, para preparar o diagnóstico social, económico e urbano, assim como a análise da participação pública e dos cidadãos. Os documentos estratégicos e as informações consultados foram: Diagnóstico do PEMDS (2019); dados do Instituto Nacional de Estatística; Perfil Urbano da cidade da Praia (2013) realizado pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território; mapeamento da sociedade civil cabo-verdiana (2020); relatório “Mulheres e homens em Cabo Verde” (2017); e artigos académicos¹. Esta colocação em situação permite enquadrar os objetivos e o para quê da participação nos grandes desafios da cidade.

O **trabalho de campo** foi desenvolvido entre novembro e dezembro do ano 2022, através de encontros com agentes chave e entrevistas. Em primeiro lugar, foi realizada uma sessão de planeamento do trabalho de campo com a equipa local do projeto Praia + Inclusiva. A equipa operacional é composta por María del Mar Núñez como coordenadora do projeto, Mavllinda Monteiro como líder social e institucional da Praia e Manuel Fernandes como engenheiro responsável pela parte infraestrutural. A este grupo juntou-se a equipa consultora da TRAZA, com Paula Jiménez e Gonzalo Navarrete.

A análise de experiências e projetos em marcha na cidade, realizada no trabalho de campo, foi completada por um estudo em profundidade dos **antecedentes** da Câmara municipal da Praia em relação à participação dos cidadãos.

De forma complementar, foi realizada uma série de **encontros temáticos com diferentes gabinetes ou departamentos da Câmara municipal da Praia**, com os objetivos seguintes: (1) Divulgar o projeto e estabelecer as bases para que, desde o princípio, a Câmara municipal da Praia se aproprie do mesmo; (2) Conhecer e analisar as experiências que os gabinetes tiveram,

¹ Mafalda Rodrigues, Ana. (2014). Direito à cidade e direito à habitação, vulnerabilidade social e violência urbana. Revista de Estudos Cabo-Verdianos N° Edição Especial.



assim como instrumentos políticos e canais existentes de colaboração pública e dos cidadãos; (3) Debater e propor linhas para reforçar a implicação dos cidadãos na ação pública.

Para nos aproximarmos da implementação da estratégia de descentralização da Câmara municipal da Praia, **foram visitadas cinco Delegações do município e realizadas entrevistas informais semiestruturadas aos Delegados**. Os blocos de análise que articularam estes encontros permitiram conhecer e analisar (1) como funcionam as Delegações, (2) que necessidades e desafios enfrenta cada região e que papel têm os agentes institucionais e comunitários para os abordar, e (3) os limites e desafios fundamentais que têm as delegações para intervir nas problemáticas numa aliança pública e dos cidadãos.

De forma complementar, foram **organizados encontros com as associações locais** com participação de jovens, migrantes e mulheres. Estes encontros seguiram a dinâmica de espaço de discussão, abordando com diferentes participantes da associação e da Câmara e aprofundando nas seguintes áreas: (1) o valor do trabalho que realiza a associação na comunidade, (2) as fórmulas existentes ou potenciais de colaboração pública e dos cidadãos, (3) os desejos e sonhos que a comunidade tem para o futuro.

Como último elemento do trabalho de campo, foram realizados **encontros de aprofundamento** em elementos chave para o projeto; com a Águas de Santiago, o delegado da União Europeia, a representante do projeto Accelerated Lab da ONU, o PNUD, e os Gabinetes de Ação Social e Descentralização.

O trabalho de análise, reflexão e troca de ideias com os diferentes agentes chave da cidade deu lugar a uma série de reflexões para além da identificação e da análise, que foram ganhando forma de propostas para a participação pública e dos cidadãos (objetivos, canais de comunicação entre a Câmara e os cidadãos, espaços de colaboração, metodologias de implementação, necessidades de recursos humanos e tecnológicos, etc.).





3 Enquadramento social e urbano da Praia

A República de Cabo Verde é um arquipélago situado a 570 quilómetros da costa da África Ocidental, formada por 10 ilhas, das quais 9 estão habitadas e várias ilhotas desabitadas, com uma superfície total de cerca de 4.000 quilómetros quadrados. Situada no sudeste do país, a ilha de Santiago reúne um quarto da população, principalmente na cidade da Praia, que é a capital do país. É a cidade mais cosmopolita de Cabo Verde, que acolhe pessoas de todas as ilhas e de diferentes países estrangeiros, criando uma cultura crioula, numa mistura de tradição e modernidade.

O presente diagnóstico da cidade da Praia foca-se em entender e analisar quais e como são as relações entre pessoas, instituições e entidades privadas e comunitárias.

3.1 População e condições de vida

Após a independência de Cabo Verde, em 1975, produziu-se um importante crescimento demográfico no país, fruto do êxodo rural, de migrações de outras ilhas e, mais recentemente, migração de África Ocidental. Também foi durante este mesmo período que bairros do planalto foram incluídos na urbanização da cidade e nos planos de urbanização e infraestruturas da cidade. A Praia tornou-se assim o maior centro de população do país e foi aumentando. É atualmente a maior cidade do país, com 155.252 habitantes (25% da população nacional), no ano 2022². 27,7% da população da Praia vive na pobreza, e 52,6% são mulheres que vivem em bairros periféricos integrados informalmente na zona urbana. **A habitabilidade informal é consequência da pressão urbana decorrente dos fluxos demográficos relacionados com crises económicas e conflitos socioambientais, incluindo os longos períodos de seca, que criaram um êxodo rural.** Esta situação definiu um novo cenário de importantes desafios, entre os quais a falta de acesso aos serviços básicos e a consequente necessidade de infraestruturas urbanas, a desigualdade, a marginação e a segregação.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2016, a rede pública de água apenas cobria 64,7% da população. **35% da população não tinha acesso à água potável nem aos esgotos, e 13,5% dos habitantes tinham que defecar ao ar livre,** o que cria um importante problema de saneamento para a cidade, para além de um perigo para a saúde pública. As

² O censo de população não abrange toda a população da Praia, e deixa sem documentar novos bairros periféricos que surgem de forma rápida e não planificada. Este facto é, portanto, de ter em conta, visto que a análise de dados é parcial e infra representa os novos habitantes, mais pobres e em muitos casos migrantes.



As famílias dos 22 bairros mais vulneráveis da Praia representam 35% dos habitantes sem acesso a serviços básicos como água e esgotos. Sete destes bairros (Safende, Castelão, Achada Grande Frente, Achada Eugénio Lima, Simão Ribeiro, Terra Branca e Tira-chapéu) beneficiaram diretamente das ações do projeto piloto, ampliando o acesso à água, esgotos e saneamento. Dois deles, Safende e Simão Ribeiro, são bairros com uma elevada percentagem de habitações informais, enquanto os outros, embora sejam considerados "formais", sofrem de uma ocupação parcial de assentamentos informais.

Em termos de grau de ruralidade da cidade, foram contabilizados em 2016, 98,2% de agregados familiares em meio urbano e 1,8% em meio rural. Quanto à sua composição, 3,5% dos agregados são monomarentais, e 2,9% são chefiados por um homem. A distribuição por grupo etário é a seguinte: 27% da população é menor de 14 anos, 17,6% tem entre 15 e 24 anos, 22,3% 25 a 34 anos, 29,3% 35 a 64 anos, e 3,8% tem mais de 65 anos. Ou seja, trata-se de uma **população jovem e com uma presença relativamente elevada de agregados chefiados por uma pessoa.**

Em relação ao nível educativo; 90,7% da população está alfabetizada (das pessoas de 15 anos ou mais); **4,6% dos homens e 13,5% das mulheres não estão alfabetizados.** Esta brecha de género é inferior na população mais jovem, chegando nessa faixa homens e mulheres a 99% de alfabetização. Em termos de alfabetização digital, o acesso a recursos tecnológicos, em dados de 2022, 91,4% da população tem acesso à eletricidade, e 49% tem acesso a um computador ou tablet.³

3.2 Contexto económico

3.2 Contexto económico

Juntamente com as ilhas do Sal e Boa Vista, a Praia apresenta-se no contexto do país como o centro mais dinâmico em termos de crescimento económico e criação de riqueza. A Praia é a sede de todos os órgãos soberanos e da maioria das empresas comerciais e de serviços mais importantes do país. De acordo com o INE, as empresas da Praia empregam 13.600 pessoas em 2007, cerca de 29% do total nacional. No entanto, a taxa de desemprego na capital continua a ser relativamente elevada, estimada em cerca de 17%, 4 pontos acima da média nacional.

³ Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. (2022). Dados estatísticos do município.



É de salientar, **em relação ao turismo, que é o setor que mais cresce no país, sendo a contribuição da cidade de Praia ainda muito incipiente.** A capital do país tem um turismo de curta duração, mais orientado para os negócios. Na Praia, no entanto, encontram-se as principais indústrias e serviços do país. Nos últimos anos, tem-se produzido uma crescente especialização dos negócios nas ilhas do Sal e Boa Vista e, parcialmente em São Vicente. Concretamente, a **Praia acolhe atualmente a mais importante extração e transformação de pedra**, como resultado do forte investimento nas infraestruturas da capital. Também tem indústrias emergentes, como **a produção de medicamentos, exportados para cada vez mais países continentais de África.** A cidade também alberga as sedes das empresas de transporte marítimo, que cada vez dominam mais o transporte para a Europa e, recentemente, para África. Além disso, de forma transversal, a Praia é o principal destino das empresas estrangeiras que querem operar em Cabo Verde.

Caracterizado por pequenas unidades de produção, o setor empresarial da Praia reúne 6.000 das 24.000 unidades informais que existem no país, predominantemente nos setores do comércio (57%), da indústria (21%) e dos serviços (21%). Mais de 80% destas unidades só têm 1 trabalhador. Além disso, a cidade apresenta um **número considerável de vendedores ambulantes ou informais, especialmente à volta dos principais mercados da capital: Sucupira e Plateau.**

A Câmara municipal da Praia marcou como objetivo erradicar ou formalizar a venda ambulante através de uma “estratégia de recolocação em espaços mais adequados” e criou um serviço de guarda municipal para melhorar o controlo das atividades e “cumprimento de conduta”⁴. No entanto, até não haver oportunidades de emprego formal ou possibilidades para os comerciantes formalizarem a sua atividade, a venda ambulante vai continuar a existir – mais ou menos penalizada e perseguida. **A participação cidadã dos vendedores ambulantes na tomada de decisões políticas, para promover o diálogo social e a chegada a acordos é inexistente.**

3.3 Vulnerabilidade social e urbana

Investigações institucionais e académicos consideram que o boom demográfico que caracterizou a capital no período pós-independência não foi organizado nem acompanhado de políticas públicas capazes de responder de forma integrada à **expansão do perímetro urbano da cidade, pela proliferação de bairros pequenos e isolados na periferia.**

⁴ (2013). Perfil Urbano da Cidade da Praia Ilha de Santiago República de Cabo Verde.



Os assentamentos informais são um fenómeno urbanístico com grande expressão em Cabo Verde, elevando-se aproximadamente a 57% da área da cidade, de acordo com o Plano diretor Municipal da Praia de 2014. O aparecimento de áreas urbanas de gênese ilegal e o fenómeno das construções clandestinas estão estreitamente ligados ao défice resultante da insuficiente capacidade de resposta dos poderes públicos para enfrentar o crescimento da população.

Quanto à distribuição espacial das populações na cidade da Praia, **a população migrante da costa africana constitui à maior parte da população dos bairros periféricos, de origem informal**. A maioria deles tem condições de vida muito precárias: o número de divisões é insuficiente, as condições de higiene são muito fracas, e o acesso à água doméstica e à rede pública de esgotos é pouco habitual. Isto ilustra uma importante vulnerabilidade urbana⁵.

Durante muito tempo, a única forma encontrada para a disponibilidade de solo urbano foi facilitada pelos serviços técnicos da Câmara municipal da Praia, que acabou por intervir como único promotor imobiliário: proprietário, projetista, gestor, vendedor, inspetor e, muitas vezes, construtor das habitações sociais de apoio aos necessitados, destacando-se sobretudo as parcelas sem infraestruturas, supostamente urbanizadas (por meio de planos urbanísticos muitas vezes por aprovar). Só há dois exemplos de promoção pública (Palmarejo e Achada São Filipe), embora, mesmo nestes dois últimos casos haja inúmeras infraestruturas por construir.

Como **mais de dois terços da população da cidade vive em zonas de risco** (encostas e linhas de água), estão por esta mesma razão limitados em termos de acessibilidade. Não existe uma rede de transporte público capaz de cobrir todo o tecido da cidade e de outros serviços públicos que dependem de uma rede de vias de comunicação e organização urbana, acontecendo o mesmo com a disponibilidade de outros serviços básicos como urgências médicas e proteção civil.

De acordo com o Afrobarómetro, **a insegurança é o terceiro problema do país na opinião dos habitantes da Praia**, apenas ultrapassado pela pobreza e o desemprego. Esta percepção não é, no entanto, acompanhada de níveis de vitimização compatíveis, o que indica que a sensação de insegurança na capital está fortemente influenciada pela cobertura mediática da criminalidade. A forma mais comum de violência, de acordo com dados de 2009, é a agressão física, seguida pela violência de género, com uma distribuição desigual entre os bairros. Achadinha, ASA Kélem, Palmarejo, Tira Chapéu, Fazenda, Castelão, Eugénio Lima, Várzea apresentam registos

⁵ Mafalda Rodrigues, Ana. (2014). Direito à cidade e direito à habitação, vulnerabilidade social e violência urbana. Caso de estudo: cidade da Praia – Cabo Verde. Revista de Estudos Cabo-Verdianos N° Edição Especial.



relativamente elevados por dia. Estes são também os bairros mais pobres, com menos equipamentos económicos e culturais, e maior desemprego.

3.4 Vulnerabilidade climática

Os quadros estratégicos internacionais conjugam as análises e a ação social e económica com a climática, acrescentando a componente ambiental e integrando os diagnósticos numa visão que apresenta projeções climáticas e o risco face aos fenómenos climáticos extremos em cada território. Esta dimensão não afeta da mesma forma a população, mas terá um papel crescente entre as preocupações e interesses dos agentes que participam nos processos da cidade.

- Perigosidade, exposição e vulnerabilidade face à mudança climática

A mudança climática é um fenómeno global provocado pela emissão de gases com efeito de estufa, principalmente a partir da queima massiva de combustíveis fósseis que tem tido lugar há mais de 200 anos. Este fenómeno está a provocar a alteração das temperaturas e precipitações que se traduz em fenómenos meteorológicos adversos e numa subida do nível do mar entre outras coisas. Acarreta, portanto, uma série de riscos que se materializam a nível local. De acordo com o relatório do IPCC de 2014, entre os riscos climáticos, é possível distinguir três dimensões interligadas: a perigosidade, a exposição e a vulnerabilidade⁶.

Por um lado, a perigosidade é a possibilidade de que ocorra um fenómeno derivado da mudança climática que implique danos ou perdas na saúde, nas infraestruturas, na propriedade, na prestação de serviços, nos ecossistemas ou nos recursos naturais. Por outro lado, a exposição implica a presença dos elementos suscetíveis de serem afetados pelo fenómeno (pessoas, infraestruturas, ativos culturais ou económicos, ecossistemas, espécies, etc.). Por último, a vulnerabilidade é a predisposição dos elementos expostos para serem afetados negativamente pelo fenómeno. O grau de vulnerabilidade depende da sensibilidade e da capacidade de ação dos elementos expostos.

Para completar o diagnóstico social e urbano da Praia, é necessário analisar a vulnerabilidade climática da cidade. Os riscos decorrentes da mudança climática começam a ser uma constante do século XXI e devem ser tidos em conta tanto na formulação de políticas públicas como nos processos participativos relacionados com essas políticas.

- Caracterização do meio físico e cenários climáticos na cidade da Praia

⁶ Relatório do Painel Intergovernamental sobre as alterações climáticas (IPCC) "Mudança climática 2014: Impactos, adaptação e Vulnerabilidade".



O clima de Cabo Verde caracteriza-se como tropical árido, condicionado pelas correntes marinhas das Ilhas Canárias e os ventos alísios provenientes do Nordeste. As temperaturas oscilam ao longo do ano entre 23 e 27°C, com uma breve estação de chuvas entre agosto e outubro. As ilhas dividem-se em função da sua posição face aos ventos dominantes. As ilhas de sotavento (a norte) caracterizam-se pela sua aridez. As ilhas de barlavento (a sul) entre as quais se encontra Santiago, têm uma maior pluviometria. No entanto, a pluviometria média da Praia não ultrapassa os 250 mm anuais. **A escassez de chuva, portanto, é constante ao longo do ano, exceto nos meses húmidos em que a sua concentração provoca muitas vezes inundações. A esta escassez de recursos hídricos acrescenta-se a ausência de cursos fluviais contínuos.** A Praia é atravessada por um canal intermitente para o encaminhamento de águas torrenciais nos períodos de chuva. Numa ilha de origem vulcânica, a orografia é acidentada, o que favorece o arrastre de materiais por erosão eólica e fluvial, assim como a formação de cárcavas pelas quais passam os cursos intermitentes. Muitas vezes, entre novembro e março, todas as ilhas de Cabo Verde são afetadas pelo fenómeno Harmattan: de ventos alísios secos provenientes do Sara que arrastam pó e afetam a saúde da população.

A mudança climática materializa-se em três fenómenos: a alteração das temperaturas, a alteração do regime de chuvas e a subida do nível do mar (sendo esta última consequência indireta da alteração das temperaturas). Os dados apresentados a seguir referem-se a Cabo Verde, mas são suficientes para uma caracterização geral que abranja o município da Praia.

Desde o ano 1995, regista-se uma ampla maioria de anomalias positivas para as temperaturas médias, com subidas de entre 1,25 e 2,75°C. Por outro lado, embora Cabo Verde sofra muitas vezes de períodos de seca, a alteração do regime de precipitações provoca uma maior concentração dos períodos de chuva. As precipitações médias tiveram tendência a aumentar ligeiramente nas últimas duas décadas, correlacionadas com um aumento das anomalias positivas. Quero isto dizer uma maior frequência de episódios de chuva cada vez mais intensa embora com a persistência de importantes secas. Por último, a subida do nível do mar implica uma dinâmica perigosa num país onde 80% da população vive em zonas de costa⁷.

- Uma cidade inadaptada aos riscos derivados da mudança climática

A alteração do regime térmico e pluviométrico, assim com a subida do nível do mar, traduzem-se por uma maior frequência de períodos de seca, ondas de calor e escassez de recursos hídricos, provocando um impacto negativo sobre o setor agrícola. Em linhas gerais, é previsível que se produza **uma redução da produtividade agrícola como resultado da combinação de**

⁷ Pereira, J. M. da V; Pereira, A. C. da V; Victória, S. M. D. M. S; Oliveira, V. P. V; Rocha, H. S. (2018). Evidências das mudanças climáticas em Cabo Verde e seus impactos sobre alguns setores, *Revista Eletrónica do PRODEMA*. 12(3), 107-115.



diferentes fenómenos fomentados pela mudança climática como são: a alteração dos ciclos biológicos das culturas com o consequente desequilíbrio do ecossistema do qual fazem parte; o risco de salinização do solo costeiro (reduzindo muito significativamente a sua capacidade agrícola) devido à subida do nível do mar e à entrada de água salgada em reservas de água doce subterrânea próximas da costa (contaminação de aquíferos); e os fenómenos meteorológicos extremos com efeito destrutivo nas colheitas.

Por outro lado, a maior frequência e intensidade de precipitações intensas provocará inundações pelo desbordamento do canal num meio urbano com infraestruturas de esgotos deficientes. Por sua vez, as inundações irão arrastar materiais das cotas mais altas e com maior declive (próprias da cidade informal) para as cotas mais baixas e próximas do porto (a cidade formal). Isto irá acarretar danos nas habitações formais e informais, assim como na infraestrutura do porto, essencial para a atividade comercial e o abastecimento da população. Por último, os episódios de chuvas torrenciais irão favorecer a proliferação de vetores biológicos (como o mosquito *Aedes aegypti*) de doenças como o dengue, a febre amarela ou o zica.





4 Antecedentes de participação na Praia

A Câmara municipal da Praia tem experiências implementadas ou em marcha que são antecedentes de interesse para o presente estudo. Trata-se de programas, serviços e ferramentas que propõem consultas ou processos participativos para informar e sensibilizar a cidadania, e promover uma colaboração pública e dos cidadãos. Além disso, destes antecedentes tiram-se aprendizagens e desafios que nutrem as propostas deste documento.

4.1 Estratégia de descentralização da Câmara municipal da Praia

No ano 2022, a Câmara municipal da Praia começou a promover a descentralização de serviços públicos através de Delegações locais situadas nas diferentes zonas da cidade (Praia Sul, Norte, Centro, Este e Oeste). Esta política de deslocalização nos bairros apresenta espaços e experiências muito relevantes em relação à participação dos cidadãos.

As Delegações estão dotadas de um espaço de atendimento ao cidadão, para realizar formalidades administrativas, alguns computadores para serem fundamentalmente usados pelos jovens, um infantário e uma ou várias salas multiusos. Os infantários (ou jardins de infância) tem vagas muito limitadas (20 a 30) que não chegam a cobrir a procura de cuidados das famílias da região, e destinam-se às mais vulneráveis, que tipicamente são agregados familiares monomarentais. Além do pessoal de administração, gestão e monitoras dos infantários, existem um ou vários agentes comunitários que têm relação com a comunidade para além das instalações da Delegação. Estes agentes comunitários organizam limpezas comunitárias, campanhas de saúde e outras atividades com os cidadãos. A forma de comunicação com a cidadania é fundamentalmente por meio do agente comunitário, que vai porta-a-porta informando sobre atividades, encontros ou convites à apresentação de propostas que realiza a Delegação. Além disso, fazem-se publicações na [página de Facebook da Câmara municipal da Praia](#), uma vez realizados os encontros e como forma de divulgação dos resultados.

As Delegações começaram a ser criadas no ano 2021, com o financiamento do PNUD no projeto “Juntos na transformação local”. Existem diferenças significativas entre as Delegações, principalmente entre as novas e as que foram criadas e estão enraizadas há mais tempo no bairro. As principais linhas de colaboração das Delegações com a cidadania são através de encontros periódicos com representantes da comunidade, que costumam ser homens. Através do orçamento participativo, procura-se anualmente identificar coletivamente as prioridades e necessidades. No entanto, existe certa unidirecionalidade nesta participação; as comunidades (e sobretudo os líderes das comunidades) fazem propostas que podem ou não ter resposta. Não



há um mecanismo, um processo, no qual dar resposta, mas sim uma execução ou não, em função do orçamento e do encaixe das propostas com a Câmara.

As Delegações são sem dúvida um local chave para aproximar a ação municipal dos bairros da cidade. Embora a sua criação seja recente, por enquanto funcionam fundamentalmente como ponto de atendimento ao cidadão, e estão a começar a organizar atividades lúdicas, culturais ou de cuidados. **Um desafio importante para as Delegações promoverem a participação dos cidadãos será abrir vias para potenciar a capacidade das pessoas e grupos para apresentarem as suas exigências e chegar a acordos para os implementar nas instituições públicas.**

4.2 Orçamentos participativos

A Câmara municipal da Praia começou a realizar orçamentos participativos no ano 2022. Os orçamentos participativos articulam-se por meio de um encontro anual, no qual o Presidente e os Delegados se reúnem com todas as pessoas interessadas do bairro num evento aberto, e no qual os e as habitantes fazem propostas e votam as que vão ser implementadas. Apresenta-se sob forma de consulta pontual, através de uma pergunta ampla relacionada com a identificação das necessidades mais urgentes, a resolver com o dinheiro disponibilizado para o bairro.

Um dos maiores desafios consiste em propor processos participativos, para além das consultas pontuais, capazes de abordar conflitos complexos e de implicar a cidadania nas decisões de transformação integral da cidade.

4.3 Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) da Praia⁸ foi realizado no âmbito de um projeto promovido pelo PNUD, no ano 2019, juntamente com outros municípios de Cabo Verde. O Plano visa propor uma estratégia de gestão e planificação local, de acordo com os parceiros da cooperação internacional (PNUD), por meio da identificação, formulação e execução de iniciativas municipais em resposta às problemáticas e desafios que a cidade enfrenta.

Como forma de contextualização, em 2019, foi realizado um diagnóstico territorial da Praia, que assinalava os principais problemas, assim como começava a apontar algumas propostas de intervenção. Entre as problemáticas, destaca-se a crescente taxa de desemprego, o abandono escolar e baixa escolarização, o aumento da violência urbana, o consumo abusivo de álcool e

⁸ Diagnóstico Município da Praia - PEMDS 2020/2024.



drogas, o crescimento acelerado e desorganizado de assentamentos informais, a elevada taxa de população sem acesso à rede básica de esgotos, a influência de políticas públicas e privadas de carácter social, e a gestão ineficiente do espaço urbano.

Para apresentar as linhas de ação e intervenções do plano de ação, foi criada uma plataforma multissetorial procurando ter uma representação de diferentes agentes sociais da cidade, para analisar os grandes desafios da cidade e projetar para o futuro, a curto e médio prazo. Participaram membros da sociedade civil, associações comunitárias, igrejas, setor privado, serviços, universidades, Câmara municipal e polícia nacional. É de salientar que não houve representação de sindicatos. As propostas do Plano de ação foram consolidadas em cinco pilares programáticos: governança, economia, ambiente e risco, género e social. Partindo destas áreas temáticas, foram propostos programas e ações, a implementar entre os anos 2019 e 2023.

No entanto, devido às eleições de 2020, apenas se chegou a fazer um rascunho do Plano, do qual, depois, ao mudar o governo no município da Praia, a Câmara não se apropriou. Embora o PEMDS procure garantir a sustentabilidade da plataforma como espaço de articulação e coordenação, e não precise de fundos adicionais para funcionar, este objetivo não foi atingido. A plataforma deixou de ter reuniões em 2021, fruto das eleições e da mudança de governo na Câmara municipal da Praia. Além disso, a falta de financiamento e de participação dos agentes locais na implementação e no acompanhamento deste Plano, paralisaram a sua execução. A consideração e a abordagem destes desafios serão chave para o projeto Praia + Inclusiva. O presente estudo sobre a participação pública e dos cidadãos, assim com os Planos de Desenvolvimento Local, irão ser alimentados pelo trabalho já realizado pelo PEMDS.

4.4 Atendimento ao cidadão

A Câmara municipal da Praia dispõe de alguns serviços e ferramentas de participação individual, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Município. O objetivo é que qualquer pessoa possa apresentar dúvidas, propostas ou dialogar com a Câmara, o diálogo podendo, em certos casos, ser elevado à Presidência. O Gabinete está a desenvolver uma política de atendimento de proximidade com a cidadania em geral.

O balcão de atendimento costuma dar resposta a 40 pessoas por dia, embora a procura tenha diminuído, pelo facto de haver mais informações às quais o acesso é fácil e rápido, e também terem aberto mais Delegações que permitem descentralizar os serviços municipais. Além disso, foi disponibilizado um canal telefónico de atendimento ao cidadão, “a voz do município” através do qual a cidadania pode transmitir as reclamações que tiver. Consiste numa ferramenta individual unidirecional de comunicação, visto que não há seguimento da queixa.



4.5 Conselho consultivo

A Câmara municipal da Praia criou em 2022 um novo organismo para promover o debate público social como parte da ação municipal. O Conselho Consultivo da Praia, anunciado pelo Presidente da Câmara no Dia do Município, irá provavelmente arrancar em 2023 como espaço deliberativo no qual representantes sociais, políticos e técnicos da cidade aconselham a Câmara na identificação dos principais desafios da cidade e sobre a forma de os abordar.

O Conselho Consultivo irá reunir várias vezes por ano um grupo de pessoas para refletirem sobre problemas e propostas atuais, mas também com visão a médio e longo prazo sobre políticas locais. O Conselho poderia ser, portanto, uma oportunidade para desenvolver o Plano de Desenvolvimento Local da Praia com a abordagem de múltiplas partes interessadas e governança múltipla proposta conjuntamente pelas Câmaras da Praia e de Madrid no projeto Praia + Inclusiva. Para isso, o Conselho Consultivo poderia promover um núcleo ou comissão de trabalho que lidere o andamento do Plano de Desenvolvimento Local e o presente e contraste com o conjunto de participantes do Conselho.





5 Agentes sociais. As vozes e as mãos da cidade

Conhecer e entender quais são os agentes sociais da cidade, assim como as relações e conflitos que têm, é chave para propor uma estratégia de participação pública e dos cidadãos. Embora os agentes sociais possam ser categorizados de forma muito específica e diferenciada, até por bairro, para esta análise é mais pertinente fazê-lo com base na posição geral que ocupam na sociedade (ação institucional, ação comunitária, defesa dos trabalhadores, etc.). É de salientar a existência de diferentes tipos de agentes sociais: institucionais, associações, movimentos sociais, empresas, ONGs, e sindicatos, e a sua articulação na cidade da Praia. Algo fundamental é avaliar em que medida os agentes (de um mesmo tipo) têm um altifalante conjunto, ou seja, estão associados, ou se estão dispersos e apenas têm relação entre eles ou noções comuns sobre as situações ou problemas que os atravessam.

- **Instituições públicas.** A Câmara municipal da Praia. As Delegações da Câmara, nas diferentes regiões, não têm competências. O governo cabo-verdiano encarrega-se do censo da cidade.
- **Associações.** As associações locais estão enraizadas nas comunidades dos bairros, e realizam atividades sociais e culturais. Além disso estão agrupadas - a maioria delas - numa rede de associações locais.
- **ONGs.** As ONGs traçam uma ponte entre as associações e as instituições, visando cobrir necessidades onde nem o Estado nem a comunidade conseguem chegar, por falta de recursos ou conhecimento. Estão relacionadas através da Plataforma de ONGs.
- **Religioso.** As igrejas da Praia são lugares chave de encontro e organização de eventos ou iniciativas comunitárias.
- **Movimentos sociais.** Não existe mapeamento, embora o presente estudo identifique algumas organizações como Tabanka. Seria interessante completar a investigação aprofundando na existência de movimentos sociais e no papel que jogam.
- **Empresas.** Não foi possível verificar se existem associações ou agrupamentos de empresas ou comerciantes, que intervenham como atores coletivos do tecido empresarial. Seria relevante um estudo complementar para mapear e até estimular este tipo de entidade política.
- **Sindicatos.** Os trabalhadores da Praia agrupam-se em sindicatos como UNTC-CS - União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical, secretário-geral: Júlio Ascensão Silva; CCSL - Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres, secretário-geral: José Manuel Vaz; FECAP - Federação Cabo-verdiana dos Professores, presidente: João Pedro Cardoso; SIPROFIS - Sindicato dos Professores da Ilha de Santiago. O SIPROFIS está integrado na FECAP, que se filia na CCSL. Presidente: Abraão Borges;



SINDEP - Sindicato Nacional dos Professores, filiado na UNTC-CS, presidente: Nicolau Furtado; SITTHUR - Sindicato da Indústria, Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo, filiado na UNTC-CS presidente: Carlos Lopes; STCS - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviço, filiado na CCSL, presidente João Mette

- Os trabalhadores informais enfrentam uma enorme dificuldade para criar um altifalante comum e um local onde poder partilhar perceções e conflitos sobre a sua situação. Este é o caso das vendedoras ambulantes ou dos pescadores, que carecem de um sindicato ou plataforma conjunta, o qual impede a sua interlocução coletiva com instituições.





6 O quadro para a participação local na Praia

6.1 A participação pública e dos cidadãos faz melhores cidades

As políticas urbanas enfrentam não só os desafios climáticos, sociais e económicos locais como também novos desafios de gestão, mudanças legislativas e uma alteração do papel e da estrutura dos diferentes níveis das administrações públicas. Embora com diferenças em cada continente e país, a vida nas cidades tornou-se mais privada e as instituições não são alheias a esta regressão da área pública. Os quadros políticos, estratégicos e regulatórios encontram-se face a um avanço de poderes económicos que aproveitam o espaço livre para ampliar o seu papel na definição do modelo de desenvolvimento urbano, afetando o como e onde se fazem as compras diárias ou que usos e formas de socializar existem nas ruas. Sem recursos económicos e pessoais suficientes, os governos relegam e delegam a conceção dos bairros e a construção de zonas verdes e equipamentos sociais, perdem competências ou cedem perante investimentos privados em habitação, educação, cultura, saúde e até atendimento a pessoas dependentes.

Em paralelo, a forma que as pessoas têm de se envolverem na vida social e política da cidade transforma-se e as administrações públicas optam, por vezes, por promover a participação dos cidadãos de forma individual e digital ou apoiando a ação de redes e associações comunitárias. Na Praia foram surgindo associações comunitárias que formaram plataformas de colaboração formais e informais, por vezes ligadas a organizações internacionais e não governamentais. Não se trata de hortas autogeridas como em Madrid, mas de iniciativas de apoio mútuo fora da burocracia dos serviços públicos locais para realizar não só atividades religiosas e culturais, como também para atender voluntariamente de forma comunitária, necessidades como o acesso à água ou o cuidado de crianças e idosos. De forma simultânea, chegam de fora ideias deslumbrantes e aparentemente fáceis de utilização de tecnologias para uma consulta rápida e direta sobre os assuntos da cidade. Aplicações informáticas que prometem canalizar a participação dos cidadãos como uma recolha de informações de forma massiva e individualizada.

Mas essa participação individual ou comunitária substitui a ação do poder público? Quem construiu a cidade? Quem fica fora da sua redefinição atual? A Praia, que tem as suas raízes na etapa colonial portuguesa e recolheu numerosas influências e ações de autoridades tanto europeias como dos países da costa oriental africana, desenvolveu-se com espaços e serviços de titularidade pública, que são fundamentalmente as ruas, os equipamentos estatais e municipais, assim como as próprias instituições públicas que, na democracia atual, estão abertas e garantem os direitos sociais e de participação.



Agora, as iniciativas novas e tradicionais dos cidadãos juntam-se a outros agentes sociais e económicos para criar um mapa de grupos e pessoas com mais ou menos relação e com diferentes graus de afinidade.

No entanto, os avanços regulatórios são apenas uma resposta aos processos sociais e culturais que reclamam uma nova cultura da participação, inseparável das mudanças nos hábitos de vida e nos comportamentos da população em cada lugar. Algumas das mudanças estão ligadas à evolução demográfica e económica da cidade, num contexto de globalização, com uma crescente população proveniente do êxodo rural e da migração de países vizinhos que chegam à capital movidos pela promessa de estabilidade e melhores condições de vida. A história do país desde a etapa colonial e as trocas com países europeus, africanos, os Estados- Unidos e a China, entre outros, também marcam o contexto social, económico e político atual da cidade. Além disso, a cidade é composta de uma infinidade de situações e grupos muito diferentes, de bairros com mais ou menos população jovem, com tradições e eventos comunitários particulares e em processo de individualização, com especialização em determinados setores de emprego e com associações formadas por grupos com interesses concretos e por vezes opostos. A diversidade interna de cada meio urbano exige alianças entre os atores que vivem, transformam e decidem sobre a cidade, assim como formas de gestão capazes de abordar a magnitude dos atuais desafios ambientais, sociais e económicos. Não basta investir recursos e dispor das tecnologias adequadas. É preciso desenvolver processos complexos e simultâneos de adaptação social, cultural, administrativa e regulatória.

Além disso, o interesse em estimular a participação dos cidadãos nas políticas públicas responde, na Praia, à problemática de falta de lobbies com capacidade de ter incidência política e atuar como contrapoder que retroalimente a ação institucional. Embora esta falta de negociação social caracterize o contexto cabo-verdiano e de outros países com uma herança colonial recente, a crescente importância de fortalecer a participação dos cidadãos é comum a muitos outros contextos. O auge da participação pública e dos cidadãos responde a uma crise política, de representação democrática, que pode ser observada em muitos lugares do mundo. Na Câmara municipal de Madrid, justifica-se a emergência de metodologias e ferramentas participativas da seguinte forma:

“O sistema de representação já não é suficiente. Já não basta colocar numa posição de privilégio quem nos diga que vai fazer as coisas bem por nós. Precisamos de introduzir mecanismos de intervenção direta e permanente nos processos, e criar processos de participação partindo de lógicas cidadãs e não partidistas. Com este objetivo nasce Decide Madrid, no entanto, não é suficiente. Reflete o sociólogo César Rendueles: as ferramentas digitais “não resolvem o problema,



principalmente porque não constroem sociedade civil nem tecido associativo.” (Área de Participação da Câmara municipal de Madrid e MediaLab Prado, 2017)

A implicação de um maior número e variedade de agentes torna, sem dúvida, os processos de elaboração de programas e projetos mais complexos, mas enriquece o resultado e facilita que responda às necessidades reais da cidadania. Por exemplo, os processos participativos são muito úteis para identificar e matizar os aspetos socioculturais de diferentes grupos: relações de afinidade, conflitos, sistema de valores e crenças ou identidade são alguns deles. Portanto, a participação institucional e dos cidadãos não é apenas uma obrigação legal como também um requisito de rigor metodológico em todas as fases, do diagnóstico até à intervenção, passando pela conceção de qualquer tipo de política pública. Além disso, os projetos que foram comunicados, verificados e participados têm mais possibilidades de serem aceites e entendidos como próprios por parte das pessoas implicadas e pelo conjunto da população.

6.2 Os níveis de participação: da consulta até à participação pública e dos cidadãos

A participação nas políticas locais e na transformação da cidade foi frequentemente classificada através de um esquema de estratificação que pretende mostrar que existem níveis de participação melhores do que outros.⁹ Estes são: a informação, a consulta, a deliberação, a decisão e a ação. No entanto, não são degraus ascendentes para chegar a uma participação plena, mas sim componentes dos processos e estratégias de participação.

As diferentes opções de método participativo resultam da combinação de opções destes componentes. Assim, por exemplo, as formas mais simples de participação consistem em estabelecer mecanismos básicos de informação sobre um projeto particular, sem medir a opinião nem oferecer ferramentas de deliberação nem fórmulas de codecisão com a municipalidade ou a administração responsável pelo projeto.

No outro extremo, as formas mais complexas de participação arrancam com uma comunicação de informações sobre o quadro no qual se desenvolve o projeto e a motivação do mesmo; desenvolvem fórmulas para que a cidadania possa expressar a sua opinião em relação à adequação, às alternativas e aos critérios a aplicar ao projeto, propiciando debates e contrastes de problemas, ideias e perceções; e facilitam, finalmente, a codecisão em relação ao que se deve problematizar e como intervir.

⁹ ARNSTEIN, Sherry R. (1969). “A Ladder of Citizen Participation”



Entre os sistemas de participação formal previstos a nível estatal em Cabo Verde, encontra-se a Plataforma de participação estatal promovida no Plano nacional de Desenvolvimento Sustentável ligado aos ODS (juntamento com o PNUD). Por parte da municipalidade da Praia foram promovidos alguns espaços de consulta e deliberação que visam resultados não vinculativos para os tomadores de decisões, nos quais a Câmara debate com diferentes agentes institucionais, sociais e económicos. Destaca-se o Conselho Consultivo, novo órgão em processo de criação, que previsivelmente reunirá periodicamente mais de quinze atores da cidade. Também existem iniciativas de consulta orientadas para experiências de decisão participativa, como os orçamentos participativos, que na sua primeira edição consistiram em encontros nas Delegações de bairro nos quais o presidente da Câmara municipal ouvia os habitantes e a dinâmica da sessão permitia priorizar ações a realizar em cada território. Por sua parte, as ações participativas com uma componente institucional consistem principalmente em atividades e projetos comunitários que se apoiam em espaços ou recursos públicos. Além disso, a Câmara dispõe de ferramentas de natureza mais informativa, através da linha de telefone e do balcão de Atendimento ao Múncipe, que permitem que a cidadania faça perguntas ou propostas, ou apresente queixas, de forma individual e com fraca retroalimentação. No entanto, para a presente estratégia não vamos analisar a participação com uma abordagem de classificação de ferramentas, mas sim de integração parcial nos processos.

Neste sentido, os **processos de participação pública e dos cidadãos** poderiam ser analisados através de três critérios fundamentais:

1. **A origem:** como, quem e porquê se inicia uma ação participativa.
2. **O desenvolvimento:** quem intervém, como o faz e para quê.
3. **O desfecho:** como e quem toma a decisão que resolve a participação.

Seguindo este esquema, podemos analisar as principais experiências de participação cidadã promovida ou já em marcha na cidade da Praia.



	Origem	Desenvolvimento	Desfecho
Orçamentos participativos	A Câmara propõe um encontro anual com um bairro, para decidir o que fazer com uma rubrica orçamental relativamente pequena.	Participa quem queira do bairro, e para fazer propostas de forma individual, que depois são votadas.	A Câmara compromete-se a implementar a proposta mais votada. Não há seguimento nem avaliação.
Conselho consultivo	Lançamento previsto em 2023. A Câmara propõe encontros periódicos com agentes chave e diversos da cidade para debater sobre os grandes desafios e como abordá-los.	Ainda por desenvolver. Prevê-se que, em encontros presenciais, se debata com diferentes olhares, realidades e procurando uma representação ampla de agentes.	Ainda por desenvolver.
Atendimento ao munícipe	Qualquer cidadão pode telefonar ou dirigir-se fisicamente ao balcão de Atendimento ao Munícipe para colocar perguntas ou apresentar uma queixa.	De forma individual, o cidadão transmite as suas preocupações a um funcionário da Câmara. Este dá uma solução se for possível, e se não, fica registado.	Não há seguimento nem avaliação.

Embora cada processo tenha as suas diferenças, servem para diferentes objetivos. A crítica ou proposta individual (escrever num papel um enfado, mal-estar ou proposta para abordar algum conflito) não transforma a coletividade, mas permite visibilizar problemas que numa comunidade são tabu ou não são prioritários, por exemplo. Se o objetivo da participação for promover a escuta, o diálogo, os acordos e reforçar o tecido comunitário (contra a individualização), gerar debates entre vozes e mãos diferentes é essencial para transformar coletivamente a cidade. É neste sentido que se orienta a proposta deste estudo, que traça caminhos para promover a participação coletiva, dialógica e aberta, com o objetivo de transformar a cidade entre agentes sociais diversos.



6.3 A metodologia como chave da participação

Os processos de participação requerem coordenação e planificação, entender o seu "para quê" e poder desenvolver ações com agentes chave. Além disso, a avaliação e retroalimentação constante e orgânica dos processos participativos é chave para ir afinando a colaboração pública e dos cidadãos para abordar os grandes desafios da cidade. Para isso, uma estratégia nutre-se de uma metodologia composta pelos seguintes aspetos chave:

- **A importância de um diagnóstico.** Partir de um diagnóstico que relacione a abordagem e os objetivos da participação com as necessidades, as barreiras e as oportunidades ao desenvolver políticas locais.
- **Formular objetivos.** Propor atividades que visam objetivos claros e relevantes, procurando ter um fio condutor que oriente as ações a realizar e que lhes dê um sentido no conjunto do processo.
- **Dirigir convites à apresentação de propostas.** Combinar os espaços de convite aberto à apresentação de propostas a qualquer pessoa interessada com a implicação de grupos e perfis chave, à sociedade organizada e representantes da diversidade social e institucional.
- **Procurar uma implicação estratégica de grupos sociais.** Facilitar a participação de grupos que habitualmente não são ouvidos ou não costumam fazer parte da tomada de decisões sobre a cidade, como a infância, as mulheres, os idosos e os migrantes.
- **Disponer de ferramentas apropriadas e apropriáveis.** Priorizar os espaços presenciais de intercâmbio, criação e ação, completando com ferramentas digitais, quando for possível, para ampliar o alcance e a transparência dos processos.
- **Propor um feedback e avaliação.** Realizar ações de feedback ao acabar, partilhando a utilidade. Convém fazer apresentações, relatórios de participação, painéis de conclusões e enviar a documentação às pessoas que participaram.

6.4 A participação em termos de poder, divergência e mudança social

A participação pública e dos cidadãos para a transformação social é muito mais do que uma decisão partilhada pontual. Consiste em entender relações de poder existentes e propor como e entre quem partilhar o poder de decidir sobre o modelo de cidade. Isto implica transitar divergências entre agentes que podem ter visões, valores e até interesses opostos, mas que



devem ouvir-se e chegar a acordos para construir conjuntamente, e em pé de igualdade, diferentes intervenções da cidade.

O poder não hegemónico. A participação é, acima de tudo, uma repartição de poder. Os poderes públicos e privados recusaram ou aceitaram parcialmente a participação de quem é habitualmente excluído da tomada de decisões políticas. E como vivemos num momento de auge e grande relevância das cidades, a política urbana, seja ela decidida por poucos agentes ou construída entre muitos, é um exercício de poder local que tem um impacto decisivo face aos atuais desafios sociais, económicos e ambientais, e face à perda de credibilidade das próprias políticas. Existem milhares de cidades dentro da cidade da Praia, algumas a esconderem-se da expulsão e da segregação, outras impondo a sua visão desigual, muitas vezes partindo do centro para a periferia social e geográfica. Mas todas elas participam na sua reinvenção diária, transformando-se de forma surpreendente, criando redes de cuidados infantis comunitárias, reivindicando serviços básicos, gerando novas perguntas e lutando por um futuro decente. As políticas de participação na Praia devem abrir a cidade a quem foi afastado para essa periferia, colocando o trabalho político e técnico ao serviço de interesses comuns definidos conjuntamente, com a implicação dos bairros, os movimentos sociais e a expressão própria de pessoas e grupos marginados.

A gestão da divergência. Dos grandes acordos internacionais até às consultas para orçamentos participativos, a participação parece renegar a negociação, avançando rapidamente para o consenso. No entanto, as mudanças constroem-se partindo das controvérsias, entendendo porque há discrepâncias e aprofundando em problemas que não têm solução fácil, mas sobre os quais é preciso chegar a acordo. A Praia está cheia de divergências que requerem espaços de encontro entre posições diferentes e opostas, sendo aí onde reside o seu potencial de inovação. A dimensão política da cidade está no intercâmbio e na disputa entre as Delegações que precisam de mais recursos, os Gabinetes que podem aprender do trabalho de outros departamentos, as vendedoras que competem pelo espaço público com os carros, as associações que durante décadas imaginam um horizonte novo para o bairro e desconfiam dos projetos internacionais e dos investimentos estrangeiros que vêm e vão.

A relevância da mudança. Uma participação supérflua que aborde temas fechados e irrelevantes não contribui para a mudança social. Uma consulta pontual ou uma linha de atendimento telefónico individual não é participação. Confundir os processos participativos sobre a transformação da cidade com algumas ferramentas isoladas contribui para que as políticas da participação se tornem um fetiche ao serviço de visões hegemónicas, numa cidade com grandes desigualdades e necessidades urgentes. A Praia está cheia de reivindicações sociais, de iniciativas culturais e artísticas, de propostas de atividades económicas e profissionais que atuam e criam por sua conta e têm ou poderiam ter atores dispostos a negociar. Mas as



administrações, as equipas técnicas e os agentes económicos funcionam por vezes com oligarquias que dão a escolher entre opções filtradas e abusam de processos sem debate, sem conhecimento do contexto, construindo um participacionismo paternalista e legitimador de decisões já tomadas. Os processos de participação realmente transformadores correspondem a visões estratégicas negociadas e à capacidade de mudança real da estrutura social, económica e espacial da cidade.

6.5 Das ferramentas digitais aos processos entre muitas cabeças e mãos

A reflexão sobre poder, divergência e mudança social no contexto da Praia e de Cabo Verde coloca em questão o ponto de partida deste trabalho, que se apresentava inicialmente como um apoio para a utilização de ferramentas de participação massiva e desagregada, fundamentalmente digital, através de softwares como o Cónsul e a referência da plataforma Decide Madrid. Surgiu uma impossibilidade prática de adaptação e utilização destas ferramentas na Praia a curto prazo, devido à inexistência de censos para limitar a participação à população residente e permitir o voto individual, pela precariedade material e a escassez de acesso à Internet em certos bairros, e pela falta de equipamentos e recursos técnicos municipais para o software e o servidor funcionarem. No entanto, o mais importante é que **o trabalho conjunto com agentes sociais e institucionais da cidade tenha despertado um interesse na participação como processo de construção de olhares coletivos, em continuidade com as formas de implicação comunitária já existentes**. A participação individual e massiva pode ter interesse para alguns objetivos específicos, como o voto em processos eleitorais ou determinadas informações e consultas digitais, mas não parecem ser a referência para conceber propostas de participação pública e dos cidadãos na cidade da Praia.

Em troca, a abordagem de múltiplas partes interessadas e governança múltipla na revisão do Plano de Desenvolvimento Local da Praia poderia ser entendida como uma oportunidade para pensar e realizar propostas de participação na cidade que respondam às necessidades, às formas de relação e à cultura local, e tenham por objetivo uma cidade mais justa e equitativa, abordando os conflitos à volta das questões relevantes relacionadas com a desigualdade, o emprego, a violência, a habitação e a adaptação à mudança climática. Trata-se, em definitiva, de pensar como **incluir todas as necessidades e propostas diversas numa cidade com importantes desafios e com expectativas de futuro**. Para isso, as propostas de participação terão de estar enraizadas no contexto local da Praia, combinando ferramentas que possam ser desenvolvidas e utilizadas por diferentes agentes, e que se integrem em processos orientados para objetivos atingíveis e relevantes.





7 Desafios e objetivos da participação

Partindo do trabalho de campo e análise realizada sobre experiências, perceções e potencialidades de participação pública e dos cidadãos na Praia, é identificada uma série de desafios chave e objetivos que articulem propostas de participação pública e dos cidadãos na Praia.

DESAFIOS EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E DOS CIDADÃOS	OBJETIVOS PARA FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO NA PRAIA
<ul style="list-style-type: none"> ● Decadência do tecido comunitário e individualização da vida social na Praia. ● Escassez de coordenação, avaliação o seguimento dos workshops ou processos participativos colocados em marcha. ● Dificuldade para desenvolver e implementar as propostas geradas através de processos participativos, por falta de financiamento e de equipamentos técnicos ou mudanças de governo. ● Fraqueza do apoio a processos participativos cujo foco, alcance e objetivos permitam abordar o modelo de cidade e uma visão geral do futuro da Praia. ● Ausência de certos atores chave em processos participativos (elaboração do PEMDS, orçamentos participativos), como os sindicatos ou trabalhadores informais não associados. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a participação pública e dos cidadãos de forma coletiva e presencial, para reforçar as redes comunitárias e implicar agentes sociais diversos na elaboração de políticas municipais (como o Plano de Desenvolvimento Local, entre outros). ● Garantir a implicação ativa e incidência na tomada de decisões chave da cidade, a agentes tipicamente infra representados, incluindo jovens, mulheres, migrantes, sindicatos e trabalhadores informais. ● Ativar processos organizados, vivos e abertos de colaboração pública e dos cidadãos (na sensibilização, convite à apresentação de propostas, diálogo, implementação e seguimento de propostas).





8 Propostas para promover a participação pública e dos cidadãos na Praia

Numa perspetiva de processo, as propostas de melhoria da participação pública e dos cidadãos no município da Praia não devem ser ferramentas soltas, mas sim um conjunto de recomendações ordenadas para que a metodologia de participação seja uma forma de aprofundar, entender e melhorar a política local e a intervenção na cidade.

Com este objetivo, foram desenvolvidas cinco fichas de processo com sugestões organizadas por fases. A primeira ficha é uma coleção de possíveis perguntas a colocar para:

- Estabelecer objetivos para orientar o processo
- Assegurar que se parte de um diagnóstico
- Pensar quem deve participar e como chegar a essas pessoas
- Procurar locais acessíveis e próximos para os encontros
- Definir tempos e horários adequados
- Utilizar ferramentas úteis para as atividades e os objetivos
- Esclarecer como são tomadas as decisões e o que se faz depois com aquilo que se decidiu
- Fazer um seguimento e comunicação dos resultados
- Dispor de referências que inspirem a conceção dos processos

As outras quatro fichas aplicam essa coleção de perguntas a processos reais que estão a ser iniciados na Praia:

- Conselho consultivo
- Orçamentos participativos
- Coformulação de políticas setoriais
- Delegações de descentralização municipal



8.1 MODELO PARA UM PROCESSO PARTICIPATIVO PÚBLICO E DOS CIDADÃOS

ORIGEM	<p>Objetivos</p> <p>Qual é o motivo pelo qual se procura a implicação de agentes sociais e institucionais? Qual é a importância do processo para a cidade da Praia? Que tipo de resultado se espera do processo e que impacto deveria ter nos bairros e na cidade?</p> <p>Um objetivo geral e alguns específicos e concretos devem orientar o processo, dotando o processo de sentido, direção e alma. O <i>para quê</i> deve ser claro, e não discriminatório. Quando se aborda uma problemática, nos objetivos deve caber a diversidade de grupos em situação de vulnerabilidade (mulheres, migrantes, etc.).</p>	<p>Diagnóstico</p> <p>O que se sabe sobre a questão na qual se quer incidir? É preciso estudar mais alguma coisa antes de iniciar o processo? Os participantes têm informações sobre o tema? Há aspetos polémicos ou difíceis de comunicar e entender? Qual é a necessidade de abrir um processo de participação? Por vezes, a falta de informação pode funcionar como motor para descobrir um tema de forma participada. É fundamental incluir a perspetiva de género, procurando analisar e entender de forma diferente o ponto de onde homens e mulheres vivenciam o mundo.</p>
	<p>Local</p> <p>Onde moram ou fazem vida social as pessoas convidadas a participar? É preciso dispor de uma sala ou a atividade terá lugar no exterior? É acessível? Há casas de banho?</p> <p>O local onde se organizam encontros participativos importa porque pode funcionar como incentivo ou como barreira à participação.</p>	<p>Pessoas e captação</p> <p>Que grupos sociais podem contribuir para os objetivos? Como fomentar a representação diversa desses grupos? Que motivações têm? Que canais de comunicação utilizam? São necessários níveis de participação diferentes? Para definir uma estratégia de captação e fazer convites à apresentação de propostas, é preciso pensar a quem se destinam o processo e cada atividade.</p>
DESENVOLVIMENTO		<p>Tempo e intensidade</p> <p>Quanto tempo e que número de encontros ou interações são necessários para o processo ter profundidade suficiente sem sobrecarregar nem cansar as pessoas? É preciso encontrar um equilíbrio entre a consecução dos objetivos e as necessidades de conciliação e disponibilidade de quem participa.</p>
		<p>Ferramentas</p> <p>Que ferramentas podem facilitar o intercâmbio, a escuta, a participação diversa e a tomada de decisões? As técnicas de investigação social oferecem muitas possibilidades: entrevista de grupo, passeio coletivo, grupo focal, workshop de futuro, etc. Dependendo da atividade, será necessário prever mesas e cadeiras, papelógrafo, projetor, etc.</p>



DESECHO	<p>Decisão e implementação</p> <p>Como são utilizadas as ideias ou propostas que surgem? Quem decide como são implementadas e quando? Que relação há com as políticas locais? Que recursos económicos e humanos existem para desenvolver e executar as ações que resultam do processo?</p>	<p>Avaliação</p> <p>Como avaliar a pertinência e a formulação do processo? Como avaliar o seu desenvolvimento? Que impacto tem uma vez concluído? Contribui para a melhoria das políticas locais ou para abordar os desafios sociais e ambientais da cidade? Quem faz a avaliação? Como é arquivada a avaliação? Será fundamental detalhar as informações quantitativas por sexo, e ter em conta o impacto nas relações de género; reproduziram-se os papéis de género ou diminuíram essas desigualdades?</p>
		<p>Retroalimentação</p> <p>A quem devem chegar as informações sobre los resultados do processo? De que forma é utilizada a avaliação? São precisas novas atividades ou ações?</p>
REFERÊNCIAS	<p>Que antecedentes locais podem ser consultados? Que referências são interessantes noutros sítios? Entender, copiar e adaptar experiências e metodologias é um bom ponto de partida, mas requer ter sempre presente o diagnóstico da realidade local e os objetivos do processo que se está a colocar em marcha.</p>	



8.2 CONSELHO CONSULTIVO

Espaço de encontro permanente com a participação de agentes diversos do município para contrastar e aconselhar sobre as políticas locais da Praia.

ORIGEM	<p>Objetivos</p> <p>O Conselho Consultivo vela pelo facto de as políticas locais da Praia perseguirem o bem comum e afrontarem os principais desafios sociais, económicos e ambientais do município. Alguns objetivos específicos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprofundar a identificação de problemas, contando com a contribuição feita por interesses e posições diversas. - Debater como afrontar os desafios e definir objetivos específicos. - Gerar novas ideias e propostas. - Promover o bom desenvolvimento de projetos e políticas locais, como o Plano de Desenvolvimento Local. - Fazer seguimento e avaliação das políticas municipais. <p>Como órgão de participação de natureza consultiva e assessora, deve contribuir para a implicação da sociedade na vida pública e municipal por meio de funções de consulta, assessoramento, relatórios não vinculativos e propostas sobre assuntos de interesse municipal. Trata-se do principal órgão de diagnóstico, deliberação e debate público promovido pela Câmara.</p>	<p>Diagnóstico</p> <p>A criação do Conselho surge da necessidade de maior colaboração entre administração local e agentes sociais e económicos da cidade, mas a sua atividade requer um trabalho contínuo de análise e diagnóstico. Cada encontro do Conselho deve dispor com antecedência de informações úteis e claras sobre os temas concretos e setoriais a debater.</p>
	<p>Local</p> <p>É um espaço criado pela Câmara Municipal da Praia e o local de encontro habitual pode ser uma sala do edifício principal da Câmara. As sessões cujo tema estiver ligado a uma zona da cidade deveriam ter lugar na Delegação municipal mais próxima. Os infantários contíguos podem servir de espaço de cuidados para crianças e pessoas dependentes.</p>	<p>Pessoas e captação</p> <p>Trata-se de uma instituição pública e cidadã autónoma, não se integra nem depende de nenhuma outra instituição, embora seja promovida e disponha de recursos da Câmara municipal. O Conselho pretende espelhar a diversidade social da Praia e é necessário configurar a sua composição incluindo organizações sociais, agentes económicos, equipas técnicas e a própria administração, assim como pessoas de diferentes níveis de educação, idades, género e pessoas migrantes. As pessoas são convidadas sob proposta da Câmara e participam voluntariamente. É importante cuidar a convocatória de cada encontro, tanto para as pessoas que formam parte do Conselho como para os convidados especiais, informando com a antecedência suficiente sobre o tema, o local e a hora. Pode ser estabelecido um mecanismo para solicitar sessões extraordinárias.</p>
DESENVOLVIMENTO		<p>Ferramentas</p> <p>A composição e o funcionamento do Conselho devem estar regulados e ser de conhecimento público. De facto, o regulamento está neste momento a ser desenvolvido. A atividade principal é</p>



	<p>a sessão de tipo mesa redonda, para a qual é preciso prever cadeiras e uma mesa que permita sentar-se em círculo para o debate e a escuta. Podem ser úteis encontros extraordinários temáticos ou por comissões de trabalho. Também pode ajudar criar uma lista ou grupo de e-mail ou outro canal específico para a comunicação entre as pessoas que formam parte do Conselho. É muito recomendável haver uma equipa ou pessoas de apoio que preparem as sessões em colaboração com a Câmara municipal e que facilitem o encontro participativo, uma tomando nota para a ata e outra dinamizando o debate. Esta equipa facilitadora assegurará o estabelecimento de prazos para os debates e acordos, e realizará um breve relatório anual da atividade do Conselho.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DESFECHO</p> <p>Decisão e implementação</p> <p>O resultado da atividade do Conselho tem dois caminhos de desenvolvimento: a melhoria das políticas locais da Câmara e a sensibilização e mobilização da população e dos agentes chave da cidade. É importante que a Câmara Municipal defina de forma concreta e informe sobre as mudanças na formulação, a aplicação e a avaliação das políticas públicas graças ao trabalho do Conselho. Numa primeira fase, não é preciso dispor de um sistema formal de tomada de decisões, desenvolvendo debates e recolhendo contribuições que enriqueçam os diagnósticos e propostas municipais e os que forem feitos por outros agentes. Numa segunda fase, poderia ser necessário o Conselho ser um órgão com capacidade para definir posições e dispor de um método para tomar decisões, concluir acordos e estabelecer pactos.</p>	<p>Avaliação</p> <p>É proposto realizar um questionário individual anual e um encontro presencial também anual de avaliação participada, que coincida com a última ou a primeira sessão de cada ano, com a presença de todos os participantes no Conselho. O objetivo da avaliação deve ser a aprendizagem e a melhoria, alimentando a reflexão sobre como fazer que as políticas locais da Praia sejam participativas e respondam aos principais desafios da cidade.</p> <p>Retroalimentação</p> <p>As atas dos encontros e o relatório anual devem ser enviados para todos os participantes e publicados no Website municipal. A avaliação anual serve para propor uma atualização de objetivos à volta do desafio principal de reforçar a interlocução e colaboração entre o Governo municipal e uma cidadania crítica e exigente. Cada ano, é importante o Conselho se perguntar quais são os problemas da Praia e como pode construir uma visão partilhada dos desafios face aos quais todos os agentes públicos e privados se hão de mobilizar.</p>



REFERÊNCIAS

Conselho Consultivo de Cidadãos da Mudança Climático da Costa Rica:

<https://cambioclimatico.go.cr/5c-consejo-consultivo-cambio-climatico/>

Assembleia de Cidadãos para o Clima de Espanha:

<https://asambleaciudadanadelcambioclimatico.es/>

Conselho Consultivo do Ministério da Saúde de Angola: <https://conselhoconsultivominsa.gov.ao/>

Conselho Participativo da Cidade de Saragoça:

<https://www.zaragoza.es/sede/portal/participacion/consejos/>

Conselho de Cidadãos de Lisboa: <https://cidadania.lisboa.pt/participacao/conselho-de-cidadaos>

Conselho Social da Cidade de Madrid: <https://decide.madrid.es/organos/consejosocial/>



8.3 ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Processo de implicação da cidadania na tomada de decisões sobre uma percentagem significativa do orçamento municipal

ORIGEM

Objetivos

Após o sucesso dos primeiros Orçamentos Participativos lançados pelo Gabinete do Presidente da Câmara, chegou o momento de ampliar o seu alcance e ambição como processo anual de participação pública e dos cidadãos suficientemente financiado e apoiado técnica e politicamente pela Câmara municipal.

Além da decisão participada sobre em que gastar uma parte do dinheiro público, os Orçamentos Participativos são uma forma de transferência de poder municipal, e pretendem:

- Facilitar a assunção individual e coletiva de corresponsabilidade pública
- Mobilizar redes e organizações sociais
- Democratizar a instituição municipal e a atribuição de recursos públicos

Como objetivo específico a curto prazo, visto que a cidade está a iniciar a sua experiência em orçamentos participativos, é importante a iniciativa figurar anualmente no Plano de Atividades da Câmara municipal da Praia, e é urgente, mais concretamente, elaborar um Regulamento de Orçamentos Participativos.

Diagnóstico

A primeira experiência piloto de orçamentos participativos deve ser avaliada. A sua melhoria requer uma reflexão sobre como a administração concebe os habitantes e as organizações sociais, como atores políticos ou como clientes consumidores. Além disso, para a participação ser feita sobre questões relevantes, para cada convite à apresentação de propostas, é preciso informar anteriormente dos problemas e dos desafios identificados pelo governo municipal, assim como das contribuições dos órgãos como o Conselho Consultivo e as Delegações. Um bom ponto de partida é um diagnóstico participativo das necessidades dos bairros, que orientaria as propostas que forem apresentadas e a sua priorização. Finalmente, esclarecer os limites de competências, orçamentais e temporais do processo de orçamentos participativos é fundamental para não criar desafeições e falsas expectativas.

Pessoas e captação

A Delegação e cada Grupo Motopropulsor de orçamentos participativos devem convidar para a participação contactando todas as organizações sociais de cada bairro, informando e solicitando a sua colaboração na divulgação da iniciativa. Também é necessário divulgar as atividades na Internet e colocar cartazes e distribuir folhetos nas Delegações e em espaços públicos e comunitários. Finalmente, o Grupo Motopropulsor e os grupos de voluntários e agentes comunitários da Delegação poder fazer divulgação na rua e porta-a-porta.



Local

Os orçamentos participativos piloto na cidade da Praia já aproveitaram em 2022 o espaço das Delegações para o encontro presencial e a deliberação com o presidente da Câmara municipal. É uma boa ideia ampliar a ambição dos processos à volta deste espaço das Delegações, verificando que dispõem dos meios adequados para encontros regulares de um número importante de pessoas dos bairros da Praia. Além disso, convém apoiar a realização de encontros de vizinhos noutros espaços próximos, em cada bairro, para facilitar a implicação da vizinhança.

Tempo e intensidade

É imprescindível ter tempo razoável para o desenvolvimento da cada uma das fases e permitir uma efetiva implicação da vizinhança. O processo pode demorar 4 meses, desde de que se começa a reunir o Grupo Motor Motopropulsor e se convocam os encontros ou foros participativos até se escolherem as propostas a financiar em cada Delegação.

Ferramentas

A experiência piloto na cidade da Praia em 2022 mostra um sistema de orçamentos participativos situados no território com dois níveis, as propostas por âmbito territorial e as propostas para o conjunto da cidade. O método primordial de participação deve ser presencial e coletivo, apoiado nas Delegações e aproveitando os meios digitais para ampliar o alcance. Algumas chaves e ferramentas úteis em cada Delegação são:

- Formar um Grupo Motopropulsor de orçamentos participativos que promova a participação dos cidadãos e que se envolva na elaboração de critérios de priorização das propostas.
- Organizar Foros abertos de vizinhos como eixo de deliberação e decisão no processo.
- Nomear um Comité Técnico Avaliador que pré-seleccione propostas de competência municipal e sugira possíveis reformulações.
- Criar um Comité de Seguimento, que poderá coincidir com o Grupo Motopropulsor dos orçamentos em cada Delegação.
- Estabelecer prazos para apresentar, divulgar, pré-selecionar, debater e escolher propostas.

Um momento delicado é a escolha final de propostas. Recomenda-se realizar workshops de priorização e decisão presenciais, nos quais matizar as propostas em conjunto, contando com um grupo amplo e representativo da diversidade social de cada território. Com essas informações, uma equipa técnica municipal poderia elaborar uma proposta ou lista final que seja apresentada e validada num último encontro dos cidadãos. De forma complementar, podem ser montadas mesas de voto em horário de manhã e tarde nas Delegações, mas as votações presenciais e digitais são formas de



		<p>participação individual que não favorecem o debate sobre as controvérsias nem os possíveis consensos, para além de requererem uma ampla campanha de informação e sensibilização sobre as propostas a escolher e apresentam maiores requisitos técnicos.</p>
<p>DESFECHO</p>	<p>Decisão e implementação</p> <p>Para os orçamentos participativos terem impacto na cidade é preciso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos económicos suficientes, especialmente quanto ao montante de orçamento que se decide de forma participada, para abordar problemas relevantes. - Apoio político continuado antes, durante e depois de cada convite à apresentação de propostas. - Assistência técnica em todo o processo de comunicação e convite à apresentação, elaboração, priorização e seleção de propostas. - Informação e comunicação, tanto sobre o processo como sobre os resultados. <p>O resultado de cada convite à apresentação de propostas deve ser vinculativo, e a Câmara deve assumir o compromisso de desenvolvimento e execução das propostas, assegurando o seguimento em todas as fases.</p>	<p>Avaliação</p> <p>Fazer um seguimento durante e depois de cada convite à apresentação de propostas é uma das chaves para assegurar o sucesso dos orçamentos. Através do Comité de Seguimento, é importante informar os grupos ou pessoas que propuseram uma ideia de que foi aprovada ou rejeitada e porquê, e se está a ser desenvolvida e implementada. Além disso, a Câmara Municipal deve avaliar as dificuldades em cada edição e refletir sobre a forma de ir melhorando os processos em relação aos objetivos de democratização e corresponsabilidade pública e dos cidadãos. Uma questão chave é a diversidade de participantes, visto que os grupos com menos recursos e mais afastados das redes sociais poderiam ficar excluídos do processo, embora sejam potenciais beneficiários do resultado.</p> <hr/> <p>Retroalimentação</p> <p>Partindo da avaliação das primeiras experiências, pode ser necessário realizar formações dirigidas aos delegados e às equipas técnicas da Câmara, assim como campanhas de sensibilização. Também se podem prever novos espaços e métodos para atingir grupos de população que não estejam a participar, como infância, mulheres ou migrantes, em cada território. Uma possível melhoria posterior é o desenvolvimento participado das propostas, para serem definidas e implementadas de acordo com o objetivo que perseguiram, implicando os agentes interessados. Os orçamentos participativos podem e devem melhorar de ano para ano.</p>
<p>REFERÊNCIAS</p>	<p>Orçamentos Participativos de Porto Alegre, uma das primeiras e mais consolidadas experiências: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/</p> <p>Guia de Orçamentos Participativos Municipais em Moçambique: https://www.anamm.org.mz/index.php/gestao-de-conhecimento/manuais-e-guioes/guia-da-orcamentacao-participativa-municipal-em-mocambique</p> <p>Orçamentos Participativos de Lisboa: https://op.lisboaparticipa.pt/</p>	



Observatório Nacional de Participação de Portugal recolhe numerosas experiências de orçamentos participativos: www.portugalparticipa.pt
Plataforma Digital de Participação dos Cidadãos de Parla complementa os processos presenciais: <https://participacion.ayuntamientoparla.es/>
Orçamentos Participativos de Manzanares El Real, com fases (informação, apresentação, revisão, publicação, avaliação, publicidade, votação, seguimento): <https://decidemanza.es/budgets>



8.4 COFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS

Elaboração de políticas (habitação, urbanismo, saúde, ambiente, economia, educação, etc.) com a participação ativa de agentes institucionais, cidadãos, comunitários e económicos.

ORIGEM	<p>Objetivos</p> <p>A formulação de políticas públicas setoriais serve para abordar desafios ou problemáticas que se enraízam numa forma de organizar ou governar o emprego, o trabalho informal, o acesso à água e esgotos, os serviços, o ambiente, o turismo, a pobreza, a violência de género, etc. Propor uma formulação entre diversas vozes e visões - cidadãos, empresas, políticos - enriquece e torna mais complexa a identificação de problemas e a abordagem dos mesmos, favorecendo também a compreensão e aceitação por parte dos cidadãos.</p> <p>Partindo das primeiras experiências de consultas efetuadas por alguns Gabinetes e a Presidência da Câmara, coloca-se a ideia de a participação chegar a ser uma forma de trabalhar em todos os Gabinetes e Delegações. Num primeiro momento, é possível trabalhar sobre um Plano piloto, como o Plano de Desenvolvimento Local, e depois aplicar a metodologia às políticas setoriais coordenadas pelo Gabinete correspondente.</p>	<p>Diagnóstico</p> <p>Antes de intervir, é fundamental entender qual é o problema. Para isso, a investigação qualitativa - desmantelando tendências, discursos, perceções ou dinâmicas sociais - e quantitativa - desagregando dados por sexo, idade ou as categorias relevantes - é importante. Aplicando a perspetiva de género, será possível conhecer as situações, ligadas a necessidades práticas, e posições, ligadas aos interesses estratégicos, das mulheres em relação aos homens. Será necessário atualizar periodicamente o diagnóstico da cidade e a identificação de desafios prioritários, em colaboração com o novo Conselho Consultivo da Praia.</p>
	<p>Local</p> <p>Espaços acessíveis e confortáveis facilitam a participação. Além disso, interessa tornar reconhecíveis e institucionalizar alguns locais participativos na cidade, por exemplo, as Delegações como lugar ideal para encontros de coformulação de</p>	<p>Pessoas e captação</p> <p>Os participantes hão de ter perfis que, pela sua visão ou implicação na cidade, possam contribuir para o tema a tratar. Em vez de um convite aberto, convém convidar uma diversidade de agentes sociais chave. Por exemplo, vendedoras ambulantes, associações de comerciantes, sindicatos e instituições públicas se se tratar de uma política sobre o comércio informal. Também pode ser necessário reforçar o pessoal das Delegações com técnicos especializados em combinação com profissionais da participação e da investigação social. Em casos pontuais poderiam contratar-se assessorias para o desenvolvimento e a coordenação dos processos participativos de elaboração de políticas setoriais.</p>
DESENVOLVIMENTO	<p>Tempo e intensidade</p> <p>A duração de cada processo deve ser conhecida e limitada, para não esgotar as forças dos participantes e cumprir com as expectativas. Consoante a complexidade, mais ou menos 6 meses para um Plano de política setorial pode ser um prazo razoável, combinando workshops participativos com a respetiva análise e retroalimentação complementar.</p>	



	<p>políticas públicas. Os espaços públicos como praças ou parques também podem acolher atividades que atraiam famílias ou crianças, no caso de ser a população a envolver. As escolas, bibliotecas ou outros lugares públicos também são locais nos quais propor encontros para envolver as comunidades em processos participativos.</p>	<p>Ferramentas</p> <p>A metodologia participativa de Cenários de Futuro permite propor a coformulação de políticas entre agentes sociais diversos (cidadãos, especialistas profissionais, associações e sindicatos, assim como instituições públicas). Visa construir uma visão de futuro partilhada, projetando em comum e com consenso. Em fases prévias, podem ser utilizadas outras ferramentas de diagnóstico participado, como os passeios críticos de cidadãos para planos urbanísticos ou de mobilidade, ou grupos de discussão e entrevistas em profundidade a agentes chave da comunidade educativa e workshops criativos e lúdicos com crianças para elaborar planos ligados à infância.</p>
<p>DESEFECHO</p>	<p>Decisão e implementação</p> <p>Embora a decisão de escolha das políticas e dos prazos de implementação seja municipal, esta decisão deve ser transparente. Como fecho do processo participativo, e com a resolução final, é possível organizar um encontro aberto à cidade, convidando de forma pessoal os agentes que tenham participado. É importante ter a assistência de representantes políticos responsáveis pela política setorial que foi coformulada. Pode ser uma oportunidade para começar a contrastar e fazer seguimento participado da política.</p> <p>É fundamental haver um compromisso de apoio político, técnico, social e económico para conduzir políticas em cada âmbito e, sobretudo, destinar o orçamento adequado para o seu desenvolvimento e implantação. Os planos e programas devem levar a intervenções e mudanças reais, se acabarem numa gaveta, não servem para nada.</p>	<p>Avaliação</p> <p>As apresentações públicas e os workshops de avaliação são úteis na fase de desenvolvimento e seguimento das políticas. Mas avaliar é investigar durante e depois da implantação da política pública coformulada, procurando analisar, com números e também experiências e perceções, o que foi feito e para que serviu. Ter sucesso na coformulação de políticas públicas é obter mudanças socioculturais, materiais e de gestão institucional e gerar novas perguntas para aprender e melhorar. Pode não ser suficiente analisar dados e em troca ser preciso criar um foro de avaliação participativa com agentes chave para as principais medidas dentro de cada plano ou programa setorial para se questionar sobre obstáculos e novas necessidades.</p> <p>Retroalimentação</p> <p>Estabelecer como ponto de partida de futuras políticas ou ações comunitárias a reflexão ou avaliação de políticas já implementadas pode ser uma dinâmica a sistematizar no seio da Câmara municipal da Praia. Para isso, a cidade pode oferecer informações sobre os avanços, a avaliação dos processos participativos e os respetivos resultados no Website e em apresentações públicas. Também convém aproveitar o Conselho Consultivo para contrastar as políticas setoriais com pontos de vista diferentes. Trata-se de ir consolidando formas de refletir coletivamente sobre a ação pública local, detetando erros e acertos e sabendo que a</p>



aprendizagem e o aparecimento de novas ideias requerem tempo e recursos.

REFERÊNCIAS

A metodologia EASW (European Awareness Sustainability Workshop) materializa-se em duas sessões de trabalho: na primeira os participantes definem dois cenários futuros a médio prazo: o futuro que se desejaria e o que se teme que possa acontecer e que se quer evitar. Na segunda sessão, procuram-se as linhas de ação para caminhar para o futuro desejado estabelecido na primeira sessão:

[EASW - European Awareness Scenario Workshops - Lab 717 \(laboratorio717.org\)](http://laboratorio717.org)

Metodologias de facilitação gráfica para processos de participação em políticas setoriais, em concreto Planos de Mobilidade Urbana Sustentável:

[CIVITAS PROSPERITY innovation brief: Graphic facilitation to support participation within SUMP | CIVITAS](#)



8.5 DELEGAÇÕES DE DESCENTRALIZAÇÃO MUNICIPAL

Fortalecimento das Delegações como a instituição municipal mais próxima e aberta à cidadania

Objetivos

A descentralização pretende melhorar a qualidade de vida dos bairros e aproximar a gestão municipal da população. Para isso, deve ser entendida como uma reorganização institucional através da repartição de competências, serviços e orçamento. Requer locais públicos abertos ao cidadão, como as Delegações e os espaços públicos. Alguns objetivos para o fortalecimento descentralizado das Delegações são:

- Atribuir novas competências e aumentar percentualmente o orçamento das Delegações
- Implantar mudanças perduráveis e trabalhadas com os diferentes agentes políticos e sociais da cidade
- Facilitar formalidades administrativas, consultas e apoio institucional aos cidadãos

Dependendo da situação dos bairros nos quais as diferentes Delegações se encontram, seria interessante dotar cada Delegação de objetivos próprios. Além disso, integrando a perspetiva de género poderiam dar respostas às desigualdades que existem e propor caminhos para as abordar.

ORIGEM

Diagnóstico

Atualmente, as Delegações já oferecem alguns serviços de proximidade e espaços para os cidadãos realizarem encontros ou participarem em atividades de formação e lazer. Além disso, os Delegados conhecem os pedidos e necessidades da população de cada território e estão em contacto com os agentes sociais e económicos em cada zona, o que faz das Delegações uma instituição essencial para elaborar os diagnósticos e intervir na melhoria de cada território, articulando a relação entre a Câmara e a cidadania. No entanto, qualquer melhoria no funcionamento das próprias Delegações requer basear-se num diagnóstico organizacional e funcional da situação de cada Delegação, analisando os recursos económicos, técnicos e humanos atuais, assim como as competências e modelo de governança. Tudo isso, utilizando ferramentas quantitativas e qualitativas de diagnóstico, e aplicando uma abordagem de género. Esta análise permitirá ir melhorando a ação institucional nos bairros.

Pessoas e captação

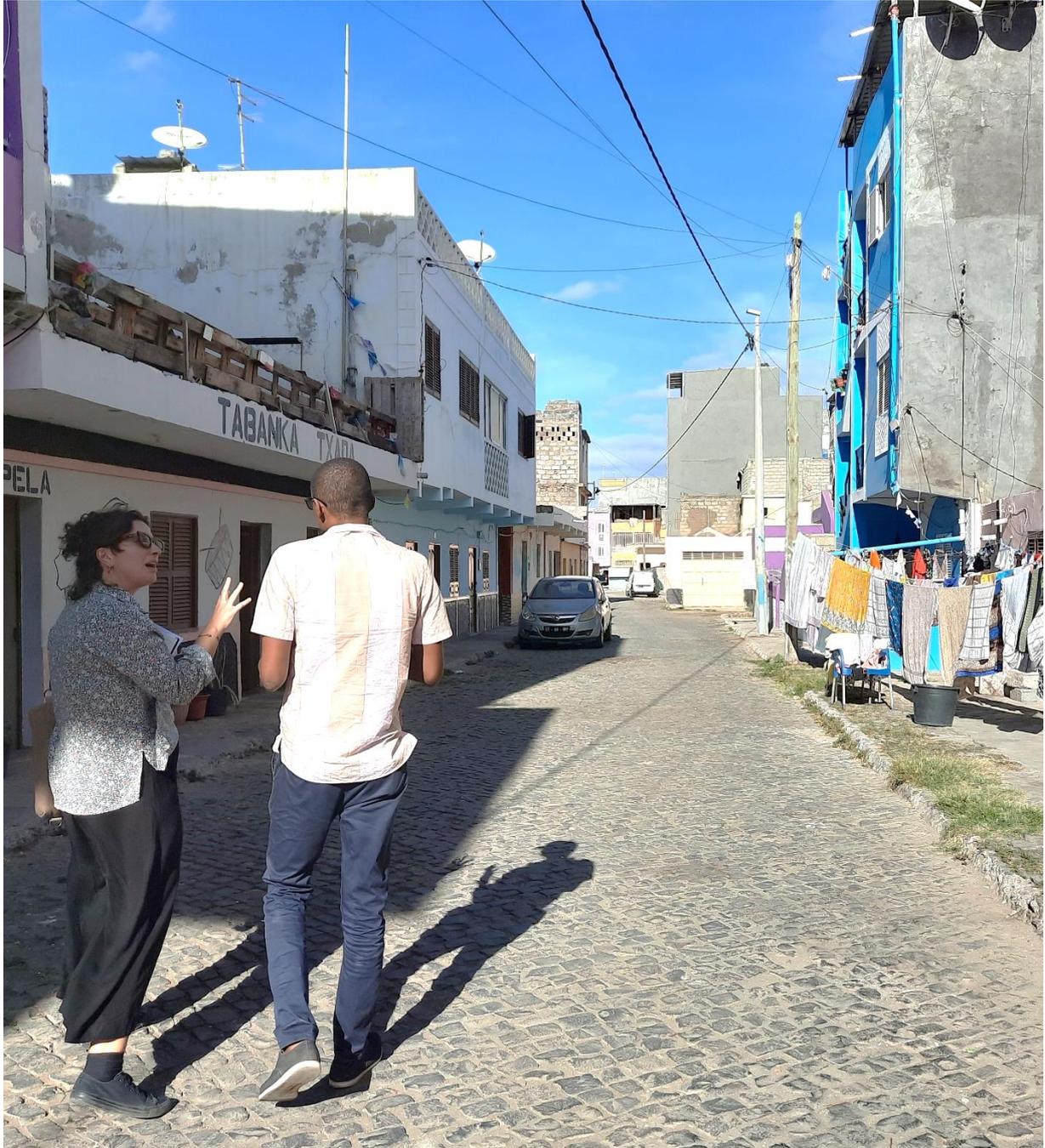
A descentralização requer uma equipa crescente de pessoas a trabalharem nas Delegações, lideradas pelo Delegado em cada território, que trabalha em coordenação com o Gabinete de Coordenação da Descentralização Territorial da Praia e a Presidência da Câmara municipal, assim como com as outras Direções e Delegações municipais. Se as Delegações devem ser uma parte importante de uma instituição municipal capaz de formular e implantar políticas públicas, vão requerer pessoal técnico e administrativo adequado para diagnosticar os bairros, executar projetos e programas, assim como realizar avaliações e relatórios. Se as Delegações continuarem a adquirir competências e capacidade para executar orçamento, poderiam ser necessários advogados/as, arquitetos/as, sociólogos/as, assistentes psicossociais e especialistas em participação, entre outros. Além disso, interessa verificar com os principais agentes sociais de cada



	<p>território que competências, serviços e atividades esperam das Delegações.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DESENVOLVIMENTO</p> <p>Local</p> <p>O processo de abertura, descentralização e democratização municipal por meio das Delegações tem como espaço principal os edifícios das próprias Delegações, assim como os espaços públicos à volta e outros espaços municipais nos bairros que dependam da Delegação ou que possam ser utilizados para as atividades públicas e dos cidadãos. O Centro Comunitário Água Funda, na Praia Oriental, é um exemplo. A adequação física das Delegações partindo de critérios de conforto climático, acessibilidade e criação de espaços de encontro (pátio, entrada ampla recuada acessível da rua e com sombra e bancos para se sentar, espaços comuns interiores, etc.) facilitaria uma utilização mais confortável e diversa.</p>	<p>Tempo e intensidade</p> <p>Em 2022, foram criadas novas Delegações e aumentaram os serviços que oferecem. Enquanto se consolida essa primeira mudança, é possível começar o diagnóstico da situação atual (2 meses) e um processo participativo em cada Delegação para propor melhorias (4 meses). Nos meses seguintes, a Câmara poderá definir que mudanças ou melhorias implementar por fases a partir do ano seguinte.</p> <p>Ferramentas</p> <p>Os Delegados e as organizações sociais e comunitárias em cada bairro têm muitas propostas para melhorar as Delegações que poderiam desenvolver-se com os meios necessários: biblioteca comunitária, ampliação de espaços de eventos, mais vagas no infantário, programas de sensibilização, novos serviços de atendimento ao cidadão, programas de formação, etc. Além disso, alguns serviços existentes em certas Delegações poderiam ser úteis noutras, como o gabinete de atendimento aos migrantes. No entanto, a chave poderia estar na coformulação e implementação de uma estratégia de intervenção anual de cada uma das Delegações, com o apoio da Câmara, para as Delegações serem centros público-comunitários com a participação da população de cada território. Para isso, propõe-se que o modelo de gestão, as possíveis melhorias espaciais e as utilizações e atividades das Delegações, dos equipamentos e espaços dependentes sejam definidos partindo de um processo participativo com agentes chave dos bairros. Nos anos seguintes, a Câmara pode ir experimentando e dotando as Delegações de recursos consoante os resultados destes processos. Um papel chave para as novas Delegações é a liderança de Planos Integrais de Bairro ou do território que corresponda a cada Delegação.</p>



DESFECHO	<p>Decisão e implementação</p> <p>Um condicionante geral para aumentar competências e orçamentos nas Delegações pode ser o orçamento reduzido do qual a Câmara dispõe no seu conjunto. Sem gerir orçamento próprio, as Delegações não poderão propor modelos de gestão pública e dos cidadãos nem oferecer novos espaços e serviços próximos da cidadania ou implementar políticas de forma participativa nos bairros.</p> <p>É importante considerar a possível sobreposição com outros processos e atividades que requeiram a utilização e implicação das Delegações.</p>	<p>Avaliação</p> <p>Como sistema de avaliação inicial, propõe-se que cada Delegação elabore um breve relatório, contrastado com agentes chave do seu território, sobre os seus recursos, pessoal, espaços e atividades e projetos que desenvolve ou poderia desenvolver. Os relatórios poderiam ser apresentados anualmente ao Conselho Consultivo, incluindo o Presidente da Câmara, para este conhecer a situação e o potencial das Delegações e a Câmara poder orientar a melhoria no processo de descentralização municipal.</p>
	<p>Retroalimentação</p> <p>O processo de descentralização aproveitaria uma reflexão periódica e contando com opiniões diversas, em três dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Económica, propondo a percentagem de orçamento municipal que pode chegar a ser gerido pelas Delegações e o seu aumento cada ano. - Política, avaliando como e o que pode ser decidido pelas Delegações com a participação de agentes chave de cada território, e se para isso são necessárias ferramentas como foros locais ou um conselho consultivo de cidadãos em cada Delegação. - Administrativa, estudando barreiras organizacionais, tecnológicas e de competências nos processos de trabalho das Delegações. 	
REFERÊNCIAS	<p>Rodrigues, C.; Fauré, Y. Descentralização e desenvolvimento local em Angola e Moçambique. Lisboa: Almedina, 2011. Rodrigues assinala que “uma das principais carências identificadas no processo de descentralização está ligada à inexistência de planos de desenvolvimento local dos municípios.”</p> <p>Plano de Descentralização Urbana de Sapucaia do Sul, Brasil: https://www.cmsapucaiaodosul.rs.gov.br/?sec=proposicao&id=1056</p> <p>Rodríguez Herrero, G., & Ajangiz, R. (2013). Descentralização municipal e participação dos cidadãos: avaliação de uma experiência consolidada. Revista Espanhola De Ciência Política, (17): https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37452</p> <p>Plano de Bairros, Plano de Ação Comunitária e iniciativas público-comunitárias de Barcelona que vinculam as instituições municipais nos distritos e no tecido associativo: https://ajuntament.barcelona.cat/acciocomunitaria/sites/default/files/documents/plamunicipalac2018-2022_es.pdf</p>	





9 Anexo dos encontros e entrevistas

Entrevista com a Presidência da Câmara municipal da Praia

Participantes: Presidente, diretor de projetos; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- “Praia para todos” é muito mais do que um lema de marketing político, é o mandato atual da Câmara municipal da Praia, que procura abordar as profundas desigualdades que existem na cidade.
- O objetivo da participação é claro: promover valores e um tecido comunitário, promover a igualdade, e implicar a cidadania nas decisões políticas. Aproximar a Câmara dos bairros é um mandato da legislatura, que começou com a estratégia de descentralização, devendo agora ser trabalhado com o PEMDS e o projeto Praia + Inclusiva. Tudo isto contribui para uma política local, uma governança, de proximidade e que chegue a pessoas diversas e fundamentalmente as mais vulneráveis. Os representantes eleitos devem implementar as ideias das pessoas, e o próprio Presidente da Câmara é informado de pedidos específicos.
- O projeto piloto dos orçamentos participativos, embora tenha tido uma implementação rápida, sem dar tempo para fazer algo mais elaborado, teve interessantes resultados. Muitas pessoas dos bairros implicaram-se, propondo ideias e mostraram o potencial da ação política para enriquecer. Além disso, criou-se confiança entre a cidadania e a Câmara, promovendo o diálogo e ouvindo todas as propostas de diferentes pessoas. É sem dúvida um ponto de partida chave para continuar a promover a participação na cidade.
- Nos encontros do projeto piloto de orçamentos participativos, era primeiro explicado às pessoas o que são os orçamentos com metáforas simples sobre os salários e despesas diárias, para depois estabelecer colaborativamente uma lista das



necessidades e propostas cidadãs, e finalmente chegar ao voto, de forma a que as três mais apoiadas entrassem nos orçamentos municipais.

- Algumas propostas inesperadas têm a ver com as preocupações ambientais, a limpeza e a gestão dos resíduos.
- Espera-se ampliar os orçamentos no próximo ano, incluindo outras ideias, como o novo Conselho Consultivo Municipal.
- Em futuras experiências de participação é necessário implicar os empresários, que também são importantes para a Câmara. O tecido empresarial é um motor da cidade, devendo existir uma colaboração estreita entre os setores público e privado, com reuniões e espaços de encontro.
- A falta de estatísticas completas e fiáveis é um problema geral na cidade da Praia. É competência do INE estatal, mas não funciona bem e o gabinete de estatísticas municipal não pode produzir dados próprios sobre toda a atividade informal da cidade.
- A revitalização comunitária é o caminho para uma participação saudável, baseada no encontro e no debate, que volte a dar autoestima à cidade, e não tanto a participação individual, como a linha de atendimento telefónico “Voz do munícipe”, que é complementar. Nesse sentido, foi lançado um financiamento a associações, mais de 40 neste concurso, que devem realizar um relatório de avaliação, mostrando o trabalho efetuado. Também foram realizadas sessões de formação sobre contas, gestão e protocolos de funcionamento.
- As consultas realizadas no âmbito do trabalho relacionado com os ODS têm uma metodologia participativa que pode servir de precedente. Os encontros foram organizados com explicações dos ODS em pontos focais, nos quais se utilizava uma dinâmica com diferentes funções e conversas em crioulo cabo-verdiano para facilitar a comunicação.
- O Plano de Desenvolvimento Local tem a oportunidade de apresentar uma metodologia participativa, com a liderança da Câmara. Falta organizar uma reunião para criar um grupo de trabalho com as áreas e começar.



Encontro técnico municipal sobre temas sociais e culturais

Participantes: gabinetes municipais de Ação Social, Voluntariado, Desporto, Cultura e Descentralização; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Alguns bairros tiveram uma primeira experiência de consulta participativa como piloto de orçamentos participativos em 2022. Na Delegação da Praia Oriental, por exemplo, num encontro com o presidente da Câmara municipal priorizou-se a criação de um centro comunitário e, como segunda proposta, a execução de uma praça pública.
- É importante o papel do voluntariado e dos agentes comunitários, que estabelecem uma ligação entre a Câmara Municipal e as suas Delegações com os líderes comunitários e as associações de bairro.
- A Promoção social desenvolve numerosos programas de infância, género, idosos, habitação e emergência social especialmente dirigidos a famílias monomarentais, entre outros temas. Destacam-se os 22 pequenos infantários municipais abertos nas Delegações, assim como a formação de outras equipas técnicas para trabalhar com famílias vulneráveis. Atualmente, o gabinete de Atendimento ao cidadão encaminha muitos pedidos para as Delegações. As carências em termos de água, rede de esgotos e acesso à habitação são prementes.
- O gabinete dos Desportos também faz um trabalho de ligação entre os pedidos de grupos sociais, formais e informais, e a Câmara, em coordenação com as Delegações e os centros educativos, por exemplo para a reabilitação de instalações desportivas ou a construção de um novo equipamento.
- A realização de uma caminhada de reconhecimento urbano, como parte de um workshop centrado na segurança cidadã, foi uma atividade inovadora organizada em colaboração com equipas técnicas da ONU-Habitat.
- A dificuldade de relação com o Governo de Cabo Verde, devido à orientação política diferente, impede falar de reestruturação de competências e orçamentos. O governo municipal, que está mais próximo da cidadania, tem pouco orçamento e uma capacidade de ação limitada.



- A área da Cultura está a promover projetos de bibliotecas comunitárias e uma plataforma de informação sobre atividades e eventos, baseada num mapeamento de agentes culturais previsto em 2023. As escolas de música precisam de espaços de encontro. As casas de Tabanka conjugam uma manifestação cultural religiosa e profana com a implicação comunitária, e a articulação da participação no bairro e até a relação com as instituições.



Encontro técnico municipal sobre temas económicos, ambientais e urbanos

Participantes: gabinetes municipais de Economia, Ambiente, Rede de esgoto, Urbanismo, Infraestrutura e Transportes e Comércio; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Desenvolver projetos deveria ter prioridade e, por isso, a área de Economia financia a execução. Há bairros nos quais os pedidos de limpeza e segurança são os mais frequentes, mas com os orçamentos participativos também estão a surgir propostas como a reabilitação da casa de Tabanka, a melhoria de uma ponte, a criação de uma escola de arte ou uma biblioteca comunitária, tudo isso priorizado pelas comunidades através das Delegações.
- A fiscalização num contexto com grande peso da informalidade é um verdadeiro desafio. A tarefa torna-se quase impossível e com muitas dúvidas de como melhorar face à venda ambulante e às construções por regularizar, tendo, além disso, meios e pessoal reduzido.
- É chave entender que não há estatísticas nem dados atualizados sobre a cidade, e o que existe falta de coordenação entre os diferentes níveis da administração. A população, os terrenos, a economia... são um mistério em termos de dados concretos, desagregados e fiáveis. Sabemos mortes, mas não nascimentos. Não há cadastro de residência. Mas a Câmara não tem recursos para desenvolver um trabalho completo de estatística, embora tenha feito um grande esforço.
- Os procedimentos administrativos, neste contexto informal, são uma dupla barreira para o dinamismo que a cidade exige. Abrir uma loja ou construir uma casa de banho de forma legal requer demasiados passos e formalidades. É possível reduzir e descentralizar as formalidades necessárias?
- Os serviços do ambiente, muito centrados na manutenção dos espaços verdes, esperam ter mais recursos para pensar em ampliar novas zonas verdes e responder



ao que vai surgindo dos orçamentos participativos.

- Muitas das propostas e necessidades dos Gabinetes municipais poderiam ser orientadas e integradas no Plano de desenvolvimento local, mas é necessária uma apropriação por parte da Câmara e que veja isso como uma ferramenta chave para o trabalho intersetorial municipal, com a participação de todos os departamentos.



Encontro técnico municipal sobre comunicação e tecnologias

Participantes: gabinetes municipais de Finanças, Informática, Comunicação e Cadastro; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Várias personas das equipas técnicas municipais da Praia assistiram a uma formação de três dias em Madrid para aprender sobre o sistema Decide Madrid. Seguidamente, pretendeu-se implantar o sistema Cònsul na cidade da Praia. Mas o projeto ficou parado por vários motivos. Primeiro, o software e o servidor associado deram problemas técnicos e não é compatível com os sistemas informáticos utilizado na Praia. Mas, mesmo ultrapassando essas barreiras, a Praia não tem um cadastro ou uma base de dados para controlar quem participa e vota, sendo impossível limitá-lo às pessoas residentes ou controlar que cada persona vote apenas uma vez. Além disso, é preciso pensar em quem vai utilizar estas ferramentas, e muitos grupos sociais da população da Praia não têm um acesso fácil à Internet.
- Como exemplo para ilustrar esta questão, no Alto da Gloria, Terra Branca, foi realizado um workshop participativo utilizando planos em papel impresso sobre requalificação urbanística e ambiental, cujos resultados foram incorporados às ferramentas SIG do Gabinete.
- As ferramentas digitais são interessantes para apoiar em informação e difusão, dando acesso às convocatórias e ao que foi feito a mais pessoas que podem saber através das redes sociais. Na cidade da Praia, a rede mais utilizada é o Facebook. Seria interessante investigar quem o utiliza realmente.
- Em complemento, seria possível desenvolver arquivos ou suportes de relatório da atividade tanto de participação comunitária como de ação municipal, combinando papel e digital.



Entrevista com o Delegado da Praia Sul

Participantes: Delegado da Praia Sul; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- A Delegação existe desde 2014 como elo de ligação entre os bairros e a Câmara municipal.
- As principais linhas de colaboração com a cidadania são através de encontros periódicos com representantes da comunidade, tipicamente líderes comunitários que costumam ser homens.
- As convocatórias são feitas através dos agentes comunitários municipais que falam com as pessoas na rua.
- Existe uma carência de espaço para as associações locais poderem conservar a sua documentação, que agora recai sobre o presidente destas entidades. No entanto, há vários espaços polivalentes para a utilização livre de associações e grupos do bairro.
- A Delegação dispõe de espaços de encontro, oferece atividades culturais e de formação, e uma sala insonorizada e com equipamento tecnológico para as pessoas do bairro, principalmente os jovens, poderem conceber e editar as suas próprias criações.
- Também oferece serviços administrativos para as formalidades administrativas da população.
- Com mais recursos, poderiam ampliar programas e serviços, como uma biblioteca comunitária, uma escola de música e um arquivo das associações.
- Um pedido ao qual não podem, por enquanto, dar respostas é o apoio ao pequeno comércio.



Entrevista com o Delegado da Praia Oriental

Participantes: Delegado da Praia Oriental; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Na Delegação da Praia Oriental foi criado o Centro Comunitário Água Funda, financiado pela União Europeia no âmbito do Programa para a Melhoria dos assentamentos informais da ONUHabitat. A entrevista com o Delegado teve lugar neste centro recém-inaugurado pela Câmara municipal.
- O próprio centro surgiu de um pedido comunitário. Em encontros participativos também foram identificadas prioridades como a falta de emprego, formação, infraestrutura pública (como infantários), e a fraca escolarização, às quais se procurar ir dando resposta através do Centro Comunitário.
- Realizam-se atividades de formação sobre limpeza, resíduos, cuidados, e educação financeira para as pessoas do bairro, com o objetivo de sensibilizar a cidadania e abordar desafios identificados como a conciliação do trabalho e o cuidado das crianças.
- O Delegado menciona também que há problemas de segurança cidadã e preocupação pelas crianças na rua.
- Contudo, um problema fundamental no bairro é que metade da população carece de água e saneamento básico, sobretudo em certas zonas.
- É feito referência ao Plano Intermunicipal de Ordenamento Territorial que está em desenvolvimento e deveria coordenar ações entre os diferentes territórios.
- Ainda não foi feito seguimento nem avaliação da ativação do Centro Comunitário como equipamento público.

Entrevista com o Delegado da Praia Centro

Participantes: Delegado da Praia Centro; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Como outras Delegações, trata-se de um espaço municipal chave no processo de descentralização, somando serviços que antes apenas se podiam realizar no centro administrativo da cidade.
- Além dos novos serviços de atendimento ao cidadão, a Delegação acolheu o projeto Juntos na transformação local, entre 2021 e 2022. Na apresentação pública de encerramento do projeto, foram expostas as ações realizadas, incluindo a reabilitação de espaços multiusos para o bairro.
- Oferecem-se formações para aumentar as competências na procura de emprego.
- Qualquer pessoa ou associação pode escrever através do Facebook ou apresentar-se em pessoa para pedir a reserva de uma sala e organizar uma atividade ou uma festa.
- Tem um infantário, como outras Delegações, que funciona de segunda a sábado.
- Finalmente, há um espaço de atendimento às pessoas migrantes, algo único entre as Delegações.
- Em qualquer dos casos, a tarefa fundamental da Delegação continua a ser servir de elo com a administração central da Câmara Municipal, com os Gabinetes e a Presidência. Não tem orçamento próprio para executar as propostas dos cidadãos nem criar novos serviços.



Entrevista com a Delegada de São Filipe

Participantes: Delegada de São Filipe (Norte1); equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- A Delegação começou a funcionar em maio de 2022, tem 4 pessoas contratadas e dois guardas. Não têm assistentes sociais, embora tenha sido solicitado.
- Realizam campanhas de limpeza, dispondo dos agentes comunitários municipais e de voluntários da comunidade.
- Há agregados familiares em situação de extrema precaridade. Faltam infraestruturas básicas. Apenas duas casas na Achada de São Filipe têm casa de banho. A construção e reabilitação de habitações também é uma necessidade urgente.
- Todos os pedidos e o programa de intervenção na zona são transmitidos à Câmara municipal, visto que a Delegação não tem autonomia financeira. Além disso, o processo administrativo para qualquer pedido urgente demora muito.
- Um pedido histórico do bairro, que foi o mais priorizado no encontro de orçamentos participativos, foi a criação de um posto médico. Um dos problemas para o materializar como proposta municipal é que o Governo central é que tem a maior parte das competências em saúde. Outra proposta com muito apoio é a criação de um mercado. Em troca, não se priorizou a construção de uma igreja.
- O Facebook não serve para convocar nem comunicar nada no bairro, as informações chegam através dos agentes comunitários municipais que vão, porta-a-porta, falando com as pessoas.



Entrevista com a Delegada de São Francisco e a Diretora de Ação Social

Participantes: Delegada de São Francisco, responsável de Ação Social, e outros componentes das equipas técnicas municipais; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Trata-se de um duplo encontro, primeiro conversando com a Delegada e depois com a Diretora Municipal de Ação Social.
- Entre os principais desafios do bairro destaca-se a falta de infraestruturas básicas, principalmente água e rede de esgoto, e a escassez e mau estado das habitações. Além disso, não há lojas, bares, nem espaços de cultura, sendo um bairro residencial dependente de outros espaços da cidade para muitas formalidades e atividades.
- As reivindicações das comunidades incluem a facilitação das licenças de construção, a criação de um espaço desportivo, e a oferta de atividades para os jovens. Mas, por enquanto, ainda não foram organizados encontros para debater e priorizar as propostas para os orçamentos participativos, visto que o bairro não fez parte dos 5 encontros piloto de 2022.
- Vai ser criada uma comissão antidroga e outra de voluntariado para diversas atividades.
- Na Delegação de São Francisco ainda não foram realizadas atividades com pessoas do bairro, sendo recente a sua criação.
- A Direção de Ação Social explica que São Francisco está incluído, como todas as Delegações, no Plano de Saúde Mental e Inserção Social, com mapeamento da situação, formação, grupos de terapia, prevenção de risco e ligação ao desporto e ao emprego, especialmente dirigido a jovens. Entre os principais projetos está a criação de um centro de atendimento psicossocial.
- A ação social é também canalizada através da Direção do Associativismo e Voluntariado e o financiamento de associações. Trabalha-se sobre género, famílias, deteção de risco e vulnerabilidade, abusos, empoderamento e autonomia, pessoas em situação de rua.
- A ação municipal em matéria social sofre de uma falta de orçamento e de pessoal. Não



há psiquiatras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros nem formadores suficientes.

- A Ação social sugere aprofundar no trabalho conjunto com a Direção do Associativismo e com a Direção da Promoção Social, e em geral melhorar a relação entre as áreas, as delegações e as direções da Câmara municipal, mas com mais recursos pessoais e económicos.



Entrevista com o Delegado de São Martinho

Participantes: Delegado, monitora e agente comunitário da Delegação de São Martinho; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Esta é a única Delegação situada no âmbito rural, e cuja criação é a mais recente. O bairro tem, na opinião do Delegado, uma população mais jovem do que outras zonas.
- Um dos desafios que mais preocupam é o reduzido tecido associativo, o qual se está a tentar ativar através de ações muito preliminares. Este é um aspeto fundamental para o qual se deve orientar uma estratégia de participação da Praia.
- A precaridade extrema e a urgência social podem impossibilitar outras atividades sociais, e as necessidades básicas são bem conhecidas.
- Além disso, existem problemáticas de natureza ambiental, social e económica, como a falta de acesso à água de muitas habitações, a fraca formação profissional, a falta de meios de transporte e o consumo de drogas. Para isso, a Delegação realiza atividades de formação, culturais e atendimento de saúde.
- A Delegação dispõe de um orçamento muito reduzido, combinado com o facto de não ter competências, o que limita a sua possibilidade de intervenção.
- É organizada uma Assembleia comunitária na qual todas as pessoas podem participar, convocada porta-a-porta pelos Agentes Comunitários Municipais.
- O bairro tem, na sua história e património alguns elementos diferenciadores, como a capela Filipina.



Entrevista com a responsável do gabinete de Atendimento ao Município

Participantes: Responsável do gabinete de Atendimento ao Município; responsável do gabinete de Ação Social; equipa do projeto Praia + Inclusiva

Temas tratados:

- O Gabinete está a desenvolver uma política de atendimento de proximidade com a cidadania em geral. A principal tarefa consiste em receber pedidos e necessidades, filtrá-las e encaminhá-las para as Direções de Gabinete correspondentes, ou para o Presidente se for necessário.
- A cultura política até ao momento não permitiu fazer este trabalho de escuta, mas quando foi criada a unidade de atendimento, recebia perto de 40 pessoas por dia. Pouco a pouco a procura baixou porque é possível recorrer diretamente a mais pontos de informação, e também foram abertas mais Delegações descentralizando serviços municipais. Além disso, foi aberto o canal telefónico de atendimento ao cidadão, "a voz do município."
- O perfil que mais atende é o de mulheres de 25 a 30 anos em busca de apoio social. Pouco a pouco foram aparecendo mais pessoas interessadas nos processos de legalização de lotes para construção.
- O Gabinete não atende pedidos comunitários, mas sim individuais, visto que os líderes comunitários e as propostas das associações dispõem de outros espaços para serem ouvidos.
- Foi aceite uma proposta cidadã de criação da Provedoria do Município, equivalente ao *Defensor del Pueblo* na cultura hispânica, financiada pela Câmara municipal.
- Além disso, a proposta chave nos próximos meses é a criação de um Conselho Consultivo da cidade, provavelmente promovido pelo Gabinete da Presidência, e do qual foi redigido um rascunho de regulamento.
- Finalmente, os orçamentos participativos vão continuar a ser desenvolvidos como a grande aposta do Presidente.



Entrevista com a Diretora do Gabinete da Presidência e Estatísticas

Participantes: Responsável do gabinete da Presidência e Estatísticas; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Foi efetuado um trabalho de desenvolvimento informático e gestão de dados para montar um Sistema Integrado Municipal que facilite o registo e seguimento da documentação administrativa da Câmara.
- Em paralelo, a recolha e acesso de dados vai dispor de um Observatório de Dados cuja conceção provém de um programa de empreendimento. O objetivo é conservar, classificar e oferecer acesso tanto a dados gerais como a dados de trabalho interno da Câmara.
- Os dados internos seriam partilhados com permissões diferenciadas para os diferentes Gabinetes e departamentos que precisarem. Em troca, os dados abertos poderiam ser partilhados no Website municipal que está a ser desenvolvido pelo Gabinete de Comunicação e Imagem.
- Finalmente, poderia incluir-se o relatório da atividade de governança local e informações de participação, embora seja apenas uma ideia.



Entrevista com o Delegado de Ação Social (António Brito)

Participantes: Delegado de Ação Social; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- O Conselho Consultivo já foi anunciado, é público.
- A ideia é convidar pessoas reconhecidas, técnicas e sociais, assembleia municipal, associativismo...
- O objetivo é aconselhar a Câmara nos principais temas e desafios da cidade.
- Por enquanto é uma proposta na qual se está a trabalhar, mas a ideia é pô-la em funcionamento em 2023.
- Qual seria a relação com os ODS e o Plano de desenvolvimento? O Conselho poderia precisamente ajudar a pensar as políticas públicas a médio e longo prazo, de forma colaborativa.
- Serve, além disso como plataforma para promover o Plano de Desenvolvimento, criando possivelmente um núcleo duro que adiante trabalho e prepare o que deva ser tratado no Conselho em relação ao Plano.
- Está previsto organizar 3 encontros ordinários anuais, que teriam temas definidos.
- A ideia já está publicada e foi anunciada no Dia do Município.
- <https://expressodasilhas.cv/politica/2022/05/19/cmp-vai-criar-conselho-consultivo-do-municipio/80114>
- <https://www.inforpress.cv/autarquia-vai-criar-conselho-consultivo-do-municipio-da-praia-para-garantir-maior-envolvimento-dos-municipes/>
- Os conselheiros terão um mandato de 1-2 anos, e mantêm-se esse ano, mas convidam-se participantes específicos complementares consoante o tema.
- Metodologias de trabalho específicas para o contexto cabo-verdiano e da capital, mas contando com as sugestões do PNUD, que poderiam ser aproveitadas estabelecendo uma ligação com os avanços e trabalhos já feitos em distintos âmbitos e por diferentes instituições.
- O Delegado irá partilhar o rascunho do regulamento ou outras informações, a ser possível, mas, por enquanto, está restringido às 3 pessoas que estão a trabalhar no assunto.



Entrevista com a Delegada da Descentralização

Participantes: Delegada da Descentralização; equipa do projeto Praia + Inclusiva

-

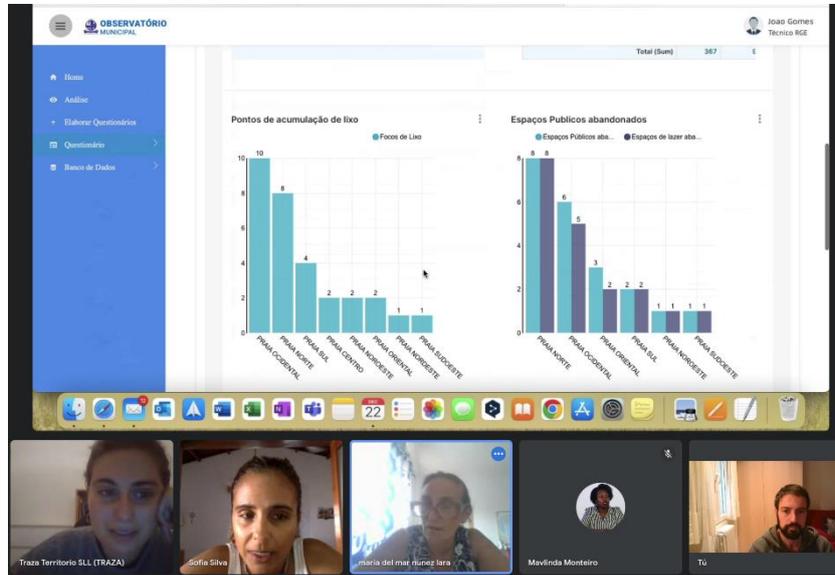
Temas tratados:

- O objetivo da Estratégia de Descentralização é aproximar a Câmara da cidadania, que esta encontre os serviços chave perto de onde mora, nos seus bairros.
- O Departamento elaborou uma metodologia participativa ligada aos ODS, que consiste em fomentar a participação cidadã através dos orçamentos participativos. Nesta metodologia detalham-se os processos.
- A língua materna. O Crioulo é o idioma ideal a utilizar nos encontros participativos, para que mais pessoas possam entender, falar e implicar-se.
- O Gabinete de Descentralização é liderado pela Paula, havendo depois Delegados em cada um dos seis centros. Além disso, nas Delegações existem animadoras sociais que trabalham com jovens e crianças. Nas Delegações costuma haver entre 3 e 6 trabalhadores, animadoras, administrativos e agentes comunitários.
- Gabinetes e Delegados realizam um trabalho conjunto e coordenado. Os orçamentos e as competências da Câmara são próprios dos Gabinetes, e têm relação com as Delegações para focar as ações.
- Um dos maiores desafios é dar resposta às necessidades e problemáticas da população, devido à falta de recursos económicos disponíveis para isso. Embora os Delegados transmitam todos os pedidos aos Gabinetes, como cestos básicos ou a ampliação da rede de água e esgoto, em muitas ocasiões, não é possível dar resposta por falta de orçamento.



Entrevista com a representante do projeto Accelerated Lab

Participantes: Sofia Silva; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- A ONU desenvolveu o projeto Accelerated Lab com o Gabinete de Estatísticas da Câmara Municipal da Praia, para criar um sistema de informação que permita digitalizar o trabalho dos 25 agentes comunitários que recolhem informações sobre os problemas da cidade (sítios abandonados, elementos que interrompem a via de circulação, árvores caídas, habitações com pessoas em situação de risco de exclusão social. Informações sobre os problemas mais graves da cidade), que antes se fazia em papel. Foi assim criada uma plataforma para sistematizar, através de formulários, a recolha de dados de forma georreferenciada e com fotografias. Trata-se de criar, como piloto, um Observatório Municipal de Dados, para integrar o sistema de informação municipal já existente.
- Potencialmente, e no âmbito do projeto Praia + inclusiva e das Estratégias de participação, poderia ser criado um formulário para fazer o seguimento dos orçamentos participativos, para os agentes comunitários poderem recolher o tipo de propostas que se faz (sociais, ambientais) e especificar quais são votadas, e quais são implementadas. Poderia ser georreferenciado.
- O PNUD financiou um sistema chamado [eParticipa](#), que é do governo central.
- Cabo Verde é um país jovem, e cada vez com mais facilidade e acesso às tecnologias. Documentação: [TIC \(ine.cv\)](#)



Entrevista com um representante do PNUD

Participantes: representante do PNUD; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- O PNUD realizou um projeto para promover o desenvolvimento sustentável de diferentes municípios do país, entre os quais estava a Praia. Para isso, foi criada uma plataforma que visa o reforço de capacidades e um mecanismo de diálogo entre atores locais. Neste sentido, foram consolidados planos estratégicos e municipais, em cinco linhas temáticas: serviços sociais, transversalização do género, ambiente e risco, descentralização e governança.
- Na cidade da Praia, o processo teve lugar no ano 2019, conseguindo priorizar linhas temáticas, projetos e programas no Plano estratégico da cidade. Para isso, foi criada uma plataforma local, que une atores locais para analisar os grandes desafios da cidade e projetar para o futuro, a curto e médio prazo. Inclui a sociedade civil, associações comunitárias, igrejas, setor privado, serviços e universidades. Foi implementada na cidade da Praia e noutros 19 municípios de Cabo Verde. O Presidente é quem lidera a plataforma local, e deve mobilizar os restantes agentes para elaborar o plano estratégico local de forma participativa. Além disso, existe um núcleo duro da plataforma, que participou em ações de capacitação. É de salientar que não houve representação de sindicatos, embora se considere que teria sido interessante. Além disso, a partir do ano 2021, a plataforma deixou de estar ativa, da mesma forma que o núcleo duro.
- Embora a ideia fosse estabelecer uma ligação entre os indicadores dos planos estratégicos municipal e estatal, este exercício não chegou a materializar-se por ter entrado em período eleitoral em 2020. Por este mesmo motivo, apenas se chegou a fazer um rascunho do Plano, do qual, depois, ao mudar o governo no município da Praia, a Câmara não se apropriou.
- A falta de financiamento e de participação dos agentes locais na implementação é um dos grandes desafios.
- O projeto Juntos na transformação local, que foi feito de forma muito participativa,



sobretudo com representantes da sociedade civil, com ênfase na governança e na descentralização dos serviços públicos municipais, foi um projeto que não foi escolhido pela Câmara municipal, mas sim pelos atores locais. Fruto das atividades do projeto, foram criadas 32 organizações, com os seus estatutos, assim como 5 Delegações municipais e 7 salas multiusos. Falta também um protocolo para a gestão das salas multiusos.



Encontro com a associação EFAT

Participantes: Presidente da associação EFAT, gabinete municipal de Ação Social, Delegado da Praia Oriental; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- A EFAT é uma associação que iniciou a sua atividade no ano 2012 e trabalha com a infância e a adolescência da escola xx, através do desporto. Têm atualmente 7 monitores e 17 colaboradores e trabalham com mais de 900 crianças e adolescentes, dos quais apenas 25% são meninas.
- Embora tenham começado com o futebol, foram desenvolvendo outras atividades em paralelo como a gestão e o cuidado de uma horta comunitária na escola, karaté, inclusão digital, sensibilização sobre o consumo de drogas e álcool, o diálogo aberto com as famílias, ou a dinamização de conflitos quando surgem na escola.
- Beneficiam de uma colaboração ativa com a Câmara, especialmente relevante para dispor de recursos económicos e poder contratar monitores, assim como organizar saídas do centro. Poderiam ser organizados mais encontros com jovens, para ouvir as suas necessidades e que incidam na ação municipal.



Encontro com a associação Mulheres para o progresso

Participantes: Presidente e mulheres participantes da associação; Delegado da cidade da Praia Centro; gabinete de Ação Social; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Surgiu no ano 2012, embora tenha parado durante 3 anos por falta de financiamento. Foi depois reativada em 2015. Apresenta uma estrutura de governança que consiste num núcleo de pessoas que lideram e as Batucadeiras, que cozinham, limpam e, sobretudo, dançam e cantam, utilizando melodias e vestimenta que marcam a identidade local e da comunidade.
- Realizam atividades relacionadas com o artesanato, a reciclagem, a limpeza do bairro, o ambiente e rede de esgoto, o cuidado das crianças, assim como atividades de jogo e sensibilização de jovens e adultos.
- Na colaboração com a Delegação, destaca-se a presença do agente comunitário no bairro e o apoio dado à associação, assim como a presença de dois voluntários disponibilizados pela Câmara. Também colaboram no projeto “Tirar as crianças da rua”, para promover o cuidado da infância.
- Uma das maiores dificuldades é a falta de espaço, que limita o atendimento às pessoas ou a realização de atividades de maior tamanho.
- Entre as alegrias ou boas práticas, destacam-se as formações que foram dadas, o apoio a crianças e adolescentes com a escola e para prevenir o abandono escolar, e ter dotado 35 casas de casa de banho.
- Entendem como progresso poder desfrutar de luz, de água e de uma casa, que deveria ser prioritário na ação institucional. Além disso, entendem que algumas dificuldades específicas das mulheres são a dificuldade para conciliar o emprego e os cuidados de menores, a violência de género, a economia das famílias monomarentais e trabalhos muito feminizados como a venda ambulante e os seus desafios significativos.
- Sonham com uma escola de música, onde poder implicar muitas pessoas jovens do bairro, assim como um centro comunitário com infantário e um centro educativo.



Encontro com a associação Cabaz de Terra

Participantes: vice-presidente da associação, Delegado de Ação Social; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- A associação está situada no bairro Alto da Gloria, que é um dos mais vulneráveis da cidade, sem apenas acesso à água e rede de esgoto e sem iluminação pública, e é composta fundamentalmente por pessoas migrantes da Guiné Bissau. Esta população começou a chegar à cidade da Praia em 1997, e continua a aumentar, fruto dos conflitos e crises existentes no seu país de origem. A linguagem é, portanto, o crioulo, misturando português, senegalês e guineense.
- A associação tem uma figura legal e organiza-se através de uma estrutura de governança em que homens e mulheres têm funções de gestão e representação (presidência, vice-presidência, tesouraria, assembleia da comunidade). Um dos problemas que enfrentam para se organizarem é a falta de uma sede para a associação, razão pela qual utilizam a casa do presidente.
- A associação realiza atividades relacionadas com o apoio a famílias vulneráveis e a cultura. Desenvolvem uma escola de música, realizam eventos de música e, além disso, organizam comidas comunitárias ou juntam-se para cuidar de crianças. Para convocar as atividades, visitam as casas porta-a-porta, convidando as pessoas a participar.
- Têm uma relação estreita com a Câmara municipal da Praia e com outras associações do bairro, através da qual desenvolveram workshops de formação em informática, e capacitações de líderes comunitários. Além disso, recebem materiais através da Delegação. No entanto, identificam que com uma relação mais intensa, poderiam aprofundar melhor na identificação e abordagem dos principais desafios do bairro.
- No projeto Praia + Inclusiva colaboraram na identificação das casas não legalizadas, permitindo uma efetiva recolha de dados, assim como informando as famílias sobre as fases do projeto e para a instalação da infraestrutura de rede de esgoto.



- Os laços comunitários são um pilar fundamental para as pessoas que vivem no Alto da Gloria, visto que permite resolver problemas complexos e estruturais, assim como promover valores culturais que dão sentido e ilusão às suas vidas. Apesar disso, continua a haver fortes carências de serviços e infraestruturas públicas, situando estes lares na pobreza e em risco de exclusão social.



Visita de campo com a Águas de Santiago e equipa de investigadores

Participantes: representante da AdS; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- Para o diagnóstico da situação socioeconómica e habitacional dos sete bairros nos quais o projeto está a trabalhar na sua vertente de infraestrutura, é fundamental a aliança com líderes comunitários, normalmente de alguma associação local, que falem previamente com as famílias e possam indicar à equipa do projeto que casas estão ilegalizadas, quais começaram a fazer pequenas obras para integrar uma casa de banho, e quais não começaram nada.
- Os investigadores vão casa por casa preenchendo dados, fazendo, além disso, uma segunda ronda de verificação em dias diferentes. A coordenação com a AdS é fundamental visto que também recolhem dados similares.
- Para além dos dados mais infraestruturais, também se recolhem informações sobre a composição do agregado familiar (género e idade dos habitantes) e o seu país de origem (para ver se há pessoas migrantes).



Encontro com o Delegado da União Europeia

Participantes: Delegado da União Europeia; equipa do projeto Praia + Inclusiva



Temas tratados:

- O projeto Praia + Inclusiva visa fomentar o diálogo político, procurando criar espaços de colaboração e transformação social.
- No contexto cabo-verdiano, existe um importante problema de falta de lobby, ou seja, há poucos grupos com poder suficiente para ter incidência política. É relevante que uma Estratégia de participação aborde esta carência, promovendo a colaboração pública e dos cidadãos.
- Na cidade da Praia, pela riqueza comunitária, faz sentido que a participação se faça de forma grupal ou coletiva. No entanto, é interessante que também haja uma combinação com alguma ferramenta individual que pode ser útil, sobretudo para os conflitos difíceis de abordar em grupo (como alguma expressão de violência de género, numa comunidade em que é muito penalizado falar do assunto).

